

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
SUELI DO ROCIO DE LARA

**A LITERATURA COMO PONTO DE PARTIDA PARA
UMA REFLEXÃO ÉTICA FEMINISTA:
CAPITULO – A ANTI-SOFIA**

RIO DE JANEIRO

2006

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
SUELI DO ROCIO DE LARA

**A LITERATURA COMO PONTO DE PARTIDA PARA
UMA REFLEXÃO ÉTICA FEMINISTA:
CAPITU – A ANTI-SOFIA**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Filosofia da
Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro
como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre.**

**Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria da Penha Felício
dos Santos de Carvalho**

RIO DE JANEIRO

2006

O(A) autor(a), abaixo assinado(a), **autoriza** as Bibliotecas da Universidade Gama Filho a reproduzir este trabalho para fins acadêmicos, de acordo com as determinações da legislação sobre direito autoral, no(s) seguinte(s) formato(s).

Fotocópia Meio digital

Assinatura do autor: _____

O(A) autor(a), abaixo assinado(a), **não autoriza** as Bibliotecas da Universidade Gama Filho a reproduzir este trabalho para fins acadêmicos, de acordo com as determinações da legislação sobre direito autoral, no(s) seguinte(s) formato(s).

Fotocópia Meio digital

Assinatura do autor: _____

*Ao meu filho
Elison*

*À afilhada
Karol
(in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Aos mestres de todos os mestres, minha gratidão.

À professora orientadora, Penha, pela atenção, dedicação e paciência de grande mulher que demonstrou ser.

Ao coordenador da Universidade Gama Filho, Edson Resende pelas sugestões que só fizeram enriquecer o trabalho.

Ao Colégio Militar de Curitiba, especialmente à pessoa do comandante Tenente coronel Pedro Josemar.

Aos amigos de curso, especialmente à Letícia que não poupou tempo em suportar meus momentos difíceis sempre acalentando minha alma inquieta. Ao querido Nelson que me emprestou, não raras vezes, sua grande inteligência.

Aos meus amigos e amigas de trabalho e de conversas, em especial à Camila que me trouxe relíquias de Machado de Assis.

Aos que me emprestaram seus livros, seus conselhos, seu tempo por quaisquer motivos.

À minha terapeuta Ângela que, com olhar de mulher profissional, facilitou para que encontrasse o desconhecido em Machado de Assis e em mim.

À minha família, por sempre acreditar na minha persistência. Ao meu filho amado, Elison, à minha querida Daniela e à pequena Thayna, que souberam me dar força ou me tirar dos livros em horas angustiantes. À minha sobrinha Di, com especial carinho pelo seu sorriso e leveza diante da vida.

Aos meus alunos que compartilharam a paixão por Machado de Assis.

E a todos, especialmente às mulheres (Capitus ou não), que, por mais simples e despercebida tenha sido a ajuda, contribuíram para que eu pudesse ver meu período de “gestação” chegar ao fim.

Escultura

(Composição: Adelino Moreira)

*Cansado de tanto amar
Eu quis um dia criar
Na minha imaginação
Uma mulher diferente
De olhar e voz envolvente
Que atingisse a perfeição*

*Comecei a esculturar
No meu sonho singular
Essa mulher fantasia
Dei-lhe a voz de Dulcinéia
A malícia de Frinéia
E a pureza de Maria*

*Em Gioconda fui buscar
O sorriso e o olhar
Em DuBarry o glamour
E para maior beleza
Dei-lhe o porte de nobreza
De madame Pampadour*

*E assim de retalho em retalho
Terminei o meu trabalho
O meu sonho de escultor
E quando cheguei ao fim
Tinha diante de mim
Você, só você meu amor.*

Capitu

(Luiz Tatit e Warner Chappell)

*De um lado vem você com seu jeitinho
Hábil, hábil, hábil e pronto
Me conquista com seu dom
De outro esse seu site petulante
wwwponto poderosa ponto com
É esse o seu modo de ser ambíguo
Sábio, sábio, e todo encanto, canto, canto
Raposa e sereia da terra e do mar
Na tela e no ar
Você é virtualmente amada, amante
Você real é ainda mais tocante
Não há quem não se encante
Um método de agir que é tão astuto
Com jeitinho alcança tudo, tudo, tudo
É só se entregar, é não resistir, é capitular
Capitu, a ressaca dos mares, a sereia do sul
Captando os olhares, nosso totem tabu
A mulher em milhares, Capitu
De um lado vem você
...No site o seu poder provoca o ócio, o ócio
Um passo para o vício, vício, vício
É só navegar, é só te seguir e então naufragar
Capitu, feminino com arte, a traição atraente
Um capítulo à parte, quase vírus ardente
Imperando no site, Capitu
De um lado...
Um método...*

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
1 A LITERATURA COMO PONTO DE PARTIDA PARA A REFLEXÃO ÉTICA	10
1.1 LITERATURA E FILOSOFIA	14
1.2 A NARRATIVA REALISTA	19
1.3 DOM CASMURRO: OBRA REALISTA MACHADIANA	21
2 MULHERES, PORTAS ADENTRO!	28
2.1 PÚBLICO E PRIVADO	33
2.2 IMPARCIALIDADE	41
3. CAPITU: A ANTI-SOFIA	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	68

RESUMO

O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância que a literatura adquire quando se propõe ao papel de servir de ferramenta para uma reflexão filosófica. Para tanto, pretende-se mostrar que Rousseau, em *Emílio*, constrói uma imagem ideal de mulher, imagem essa que predomina nas esferas pública e privada. Por outro lado, apresenta-se Machado de Assis que, na sua obra *Dom Casmurro*, mostra a desconstrução desse ideal de mulher “perfeita”, e o faz pelas ações de Capitu, que se torna mulher-sujeito no decorrer do romance. Propõe-se também a analisar os pressupostos teóricos que constituem os fundamentos da condição moral da mulher para demonstrar que, numa visão mais humanística, deve-se repensar essa questão nas diferentes escalas sociais.

Palavra-chaves: Literatura; Reflexão Ética; Gênero.

ABSTRACT

The aim of this work is to show the importance that Literature acquires when it serves as a tool of philosophical reflection. Nevertheless, it points that Rousseau, in his work *Emilio*, builds the image of the ideal woman that is spread in both public and private spheres. On the other hand, it presents that Machado de Assis in his novel *Dom Casmurro* shows the deconstruction of such ideal perfect woman. He depicts Capitu's actions who becomes the subject-woman throughout the story. This research also aims at analyzing the theoretical assumptions that build the fundamentals of the moral conditions of women to show that, under a more humanistic perspective, such questions should be reconsidered according to different social classes.

Keywords: Literature; Ethic Reflection; Gender.

INTRODUÇÃO

Quando a diferença entre o que é melhor ou pior se relaciona a seres humanos, não é possível estabelecer um padrão que determine as atitudes de um em relação ao outro, com o intuito de enaltecer um em detrimento do outro. Em se tratando de gênero não há como estabelecer hierarquia, uma vez que se pressupõe tratar de cidadãos, cujos direitos devem ser garantidos por uma lei maior que rege a sociedade a qual pertencem. No entanto, historicamente, se sabe que situações desfavoráveis à mulher ocorreram e, em plena globalização, ainda ocorrem.

Ainda hoje a mulher é discriminada e ou excluída em setores públicos. A situação acaba ou por confiná-la ao âmbito doméstico ou por fazê-la aceitar viver uma condição de subordinada. Rousseau justifica essa sujeição como sendo a condição para estruturar uma sociedade. Para ele a razão e o conhecimento são divididos em função dos dois gêneros: ao coletivo masculino pertencem a abstração e a especulação; ao coletivo feminino é atribuída a razão pragmática (instrumental). Ou seja, o papel da razão feminina perde o caráter criativo e “libertador” para converter-se em instrumento de sujeição. Sendo condicional à mulher que aprenda só o que lhe convém saber (o que a possa fazer subserviente ao marido), devendo ser submissa não por força, mas por consentimento. Sendo assim a ciência e o conhecimento não podem alcançar a perfeição se homens e mulheres não contribuírem com a razão específica que têm, quer dizer, com a particularidade de seu gênero.

O tema da mulher e a relação com o seu par tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, seja pela filosofia, sociologia, direito, psicologia etc. No campo da filosofia alguns nomes ganham notoriedade na linha de pesquisa sobre as questões feministas: Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir, Maria da Penha F. S. Carvalho, Márcia Tiburi, Magali de Menezes, Edla Eggert, entre outros.

Com o objetivo de desenvolver o caráter interdisciplinar do tema feminismo, a pesquisa abrangerá a literatura e o campo da filosofia, mais especificamente, a ética feminista. A respeito desse assunto, questões surgem, por exemplo: é possível

“usar” a literatura para uma reflexão ética? A literatura poderia denunciar questões relacionadas à vida real? O modelo de mulher fictícia poderia retratar a condição de mulheres reais?

Tais questões podem ser resolvidas pela percepção de que a literatura é mais que simples entretenimento, ela registra anseios e feitos de um povo. Nos seus meandros a literatura denuncia questões em voga, seja pelo conteúdo abordado, seja pelas personagens caricaturais.

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho foi o interesse em compreender por que, ainda hoje, há situações de desigualdade entre o homem e a mulher, mesmo quando os direitos humanos são “gritados” aos quatro cantos do Planeta. Manifestações de domínio que a mulher sofre continuam presentes tanto na vida pública quanto no âmbito doméstico. E, mesmo que não haja obstáculos legais ao acesso da mulher às esferas da vida pública, situações de discriminação são mantidas, o que mostra que a igualdade de direitos não garante a igualdade de fato.

Com o objetivo de “desconstruir a cegueira relativa ao gênero” (Benhabib, 1987), a pesquisa vem mostrar que atitudes “monossilábicas” podem fazer diferença. É o que se pretende com *Dom Casmurro*: tornar visível a significância do papel feminino num contexto modelado pelo perfil da mulher dócil, solícita, recatada, cortês, como se apresenta a mulher romântica. A perspectiva do trabalho é desmascarar a imagem do modelo de mulher definido em termos sexuais e de reprodução e trazer a figura de uma mulher real com dengos e vontades próprias, não mais passiva e obediente, mas sim ativa, consciente, capaz de expor seus sentimentos.

Por um viés, mais especificamente no livro V, a pesquisa vem mostrar a situação da mulher. Isso se faz em *Emílio ou Da Educação* de Jean-Jacques Rousseau. A obra é um tratado sobre a educação de meninos, cujo princípio teórico se baseia no “bom selvagem”: Emílio é isolado e cuidado de forma especial desde quando era bebê até se tornar um homem. A obra transcreve todas as suas fases até que ele chegue ao momento em que deveria se casar. Conforme Cobo, Emílio deveria ser educado para ser um bom cidadão e também o sujeito político do

contrato social. Deveria ser socializado para exercer o papel de esposo e pai, e, no âmbito doméstico, deveria ter um papel específico que servisse de vínculo entre o público e o privado: é o que é descrito na quinta parte do livro – a iniciação da vida completa e disciplinada – a passagem do matrimônio para a vida civil. A ambição de se fazer um homem se completa quando se faz um cidadão pelo livre progresso da reflexão. Emílio passaria, então, a exercer as formas de cidadão, de esposo e de pai nos lugares designados, ou seja, no espaço público e no privado¹.

O livro V de *Emílio* consta de duas partes: a primeira diz como deve ser a esposa e companheira de Emílio e qual seu papel no espaço privado: o papel de ambos em relação ao amor, à família e aos demais aspectos relacionados ao âmbito doméstico. Na segunda, Emílio é preparado para completa inserção, em qualidade, de cidadão no espaço público. Já Sofia tem as páginas voltadas a definir o que fazer e como ser na esfera privada. Essa definição responde à emergência de um novo tipo de mulher – a burguesa – aquela que fazia parte da classe média. A esse coletivo de mulheres, Rousseau quisera impor um novo ideal doméstico. Rousseau cria, então, Sofia que é pormenorizada em suas atitudes de submissão. No entanto, ela não é criada à revelia, ela sai à imagem da mulher da época, com marcas das limitações impostas pela sociedade em que vivia Rousseau. O modelo de mulher romântica o é porque prevaleciam os ideais românticos numa sociedade em mudanças. Dentre diversos enfoques que poderiam dar conta de levar à compreensão da questão da mulher “condenada” ao âmbito doméstico, acreditou-se ser Sofia o modelo ideal, o qual é (re)criado a partir das necessidades de um homem. A suposição é que tal modelo

¹ “*Emílio, este ha de ser educado para ser um buen ciudadano, para ser el sujeto político de El contrato social; por otra parte, (...) también ha de ser socializado para ejercer el papel de esposo y padre; en definitiva, se le adjudica un papel específico en el ámbito doméstico como vínculo entre lo público y lo privado: Toda la quinta parte nos propone la iniciación a la vida completa e disciplinada, el descenso del filósofo hacia el matrimonio y la vida civil (...). La ambición de hacer un hombre se completa haciendo un ciudadano por el libre progreso de la reflexión. (...) Las formas en que se ejerce son las de ciudadano y las de esposo y padres y los lugares son el espacio público y el privado*”. (COBO, 1995, p.226)

legítima e justifica a condição de subordinação da mulher já que a condição de inferioridade era vista como natural, universal e imutável, e a dominação masculina como necessária e justa.

No século XVIII a educação passa a ser vista como base para o aperfeiçoamento da humanidade: surgem discursos sobre libertação, promessas democráticas de igualdades universais. Mas, o mesmo Rousseau, que foi um dos idealizadores da Revolução Francesa e pregava igualdade para todos, afirma que a mulher deveria ser confinada à esfera privada com todas as suas restrições. Não só Rousseau, como teóricos e políticos, proclamavam a imparcialidade e a generalidade do público usando como argumento que a razão se opunha ao desejo, à afetividade e ao corpo. E por que as mulheres representavam esse grupo em que esses sentimentos predominavam, deveriam, então, ser excluídas da esfera pública.

A concepção da inferioridade da mulher fundamentava-se no que seria natural. A diferença entre homem e mulher estaria no que se refere ao sexo e à procriação, e a subordinação da mulher resultaria disso. Em primeiro lugar, consiste em atribuir à mulher um tipo de razão diferente – instrumental. Em segundo, em ter o homem como objeto educativo. O ponto seguinte seria interpretar a biologia da mulher conforme as funções sociais: o homem, antes de ser macho é indivíduo pertencente a uma espécie, a mulher não tem existência fora de seu gênero. A natureza feminina estaria caracterizada, em primeiro lugar, pela maternidade e, em segundo, pela sujeição ao marido. Essa dependência significa obediência e, conseqüentemente, falta de liberdade. A razão da mulher seria ineficiente para exercer a soberania/igualdade. O que guiaria a mulher seria o instinto, as paixões e os sentimentos. E, como tal, ela seria incapaz de transcender sensações e paixões corporais, encontrando-se aquém da esfera da moral, já que esta presume a capacidade de domínio do racional sobre o sensível. Rousseau (1968) menciona como seria difícil discernir o que se origina da natureza e o que é imposto pelas situações sociais, no entanto é enfático ao afirmar que a natureza da mulher é e deve ser doméstica, dependente, passiva e débil para que o homem seja forte, ativo e cidadão. E essa

domesticação é conseguida pela transformação da mulher em esposa e em mãe, porque assim ela se torna dependente do homem, a quem deve agradar e suprir suas necessidades particulares. E a mulher, enquanto mãe, teria o dever de criar os filhos. Para Rousseau, a mulher obedece ao marido e cuida dos filhos porque os ama e porque é uma mulher virtuosa. A mulher rousseauniana era superficial e falsa porque não agia por vontade própria e sim atendendo ao que convinha ao homem.

Com exceção de poucos filósofos, dentre eles Poulain de La Barre, a maioria assume uma postura paradoxal: reconhece a igualdade dos seres humanos, mas nega-a à metade do gênero humano – às mulheres. Teorias éticas sublimam a razão sobre a sensibilidade e suas manifestações irracionais. E, mesmo aquelas que não pretendem eliminar afeto, emoção e sentimento dos julgamentos das ações morais, não compreendem estes estados desacompanhados da razão.

A não aceitação pela dimensão sensível se dá em paralelo com a desvalorização da mulher. Conseqüentemente a parte “irracional” da humanidade, pela suposta inferioridade natural, encontra-se depreciada e/ou excluída da esfera da moralidade. “Nessa perspectiva é possível inferir que a ‘virilidade’, característica das teorias éticas existentes, não se deve apenas à razão óbvia de que todas foram elaboradas por homens, mas, sobretudo, ao fato de priorizarem ou, na maior parte das vezes, restringirem o âmbito ético ao ponto de vista masculino, tido como universal” (CARVALHO, 2002, p.49). O resultado disso é que os valores e as virtudes ditas femininas, portanto vinculadas ao sensível, têm sido desconsideradas da reflexão ética. E o que é pior, a mulher, muitas vezes, não sendo reconhecida como sujeito moral, renuncia ao feminino e passa a se identificar com o masculino. Para que possa se tornar “igual” passa a sentir, julgar e agir como homem, não percebendo que, ao valorizar o masculino, assume uma falsa igualdade (CARVALHO, 1999).²

² CARVALHO, Maria da Penha Felício dos Santos de. **A inclusão do “feminino” na reflexão ética.** 1999. (Tese de doutorado apresentada à UGF).

O fato de existirem diferenças entre o feminino e o masculino não justifica posturas de hierarquia. Ao contrário, o ponto de vista moral “feminino”, considerado inferior, pode sim mostrar-se como sujeito de sua própria história e até conduzir ações que envolvem os dois gêneros. É o que a literatura tenta ressaltar, através de seus tipos caricaturais, servindo, assim, de ponto de partida para que se reflita filosoficamente a respeito de questões ligadas à ética feminista³.

A literatura manifesta elementos de natureza social e psíquica de uma dada civilização por meio da linguagem, resultando, assim, num tipo de comunicação inter-humana que aparece como sistema simbólico capaz de expor veleidades profundas do indivíduo.

Pode-se dizer que a literatura é uma transfiguração do real: realidade recriada pelo escritor que cria ou recria um mundo de verdades que não são mensuráveis pelos padrões das verdades factuais, pois é também pela literatura que se toma contato com a vida, com as verdades comuns a todos os homens e lugares. E, se toda forma de arte traz a possibilidade de recriar a realidade, então o artista tem um poder mágico: o de moldar a realidade segundo suas convicções, sua vivência. Quer dizer, o escritor transforma simbolicamente o mundo em outro mundo que seja mais bonito, mais significativo. Esse mundo criado se faz com a cultura, com as experiências de vida, com a visão de mundo do autor. Nessa perspectiva, uma obra é uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula de plasmar elementos não literários (impressões, paixões, idéias, fatos, acontecimentos), que são a obra-prima do escritor.

³ A expressão “ética feminista” pode ser considerada por alguns como contraditória, pois é evidente que sendo a ética universal, não poderia ser diferente para as feministas. Para outros, porém, “parece tendenciosa: as respostas feministas às questões morais não podem simplesmente ser consideradas como dadas de antemão. Todos supõem erradamente que a ética feminista define-se por doutrinas específicas quanto ao que é dos conceitos centrais da moral, ou até da natureza mesma da moralidade. Mas, embora o feminino defina-se de fato por um engajamento ético concreto – a luta contra a condição inferior das mulheres –, esse engajamento é demasiado geral para oferecer respostas específicas à maior parte das questões práticas e teóricas que se colocam em ética; com efeito, ele só é determinante em virtude da resolução presente entre as feministas de evidenciar, no seio da ética, a existência de preconceitos desfavoráveis às mulheres” (JAGGAR, 2003, p.623).

Nessa linha de pensamento de que a literatura trata de aspectos do mundo real, tenta-se mostrar neste trabalho a arte de Machado de Assis que, através de sua criação singular – Capitu –, dá voz e espaço para o feminino.

No século XIX, quando o modelo de mulher ainda é a romântica e tem-se a materialização do silêncio feminino, Machado de Assis dá poderes dissimulados que marcam a emergência de uma nova demarcação entre o espaço doméstico e o público para a mulher. Ele, percebendo que as mulheres começavam a folhar romances, tenta trazer a leitora para a margem do texto. Numa dessas tentativas, Machado cria Capitu com o intuito de mostrar um novo tipo de mulher que é capaz de romper com as amarras do contexto público e fazer a travessia de si mesma, e que pode sim inscrever-se no espaço público também. Com isso irrompe na história uma nova mulher, aquela que valoriza o sensual, a intimidade, a intuição, o sensível. A mulher começava a procurar uma identidade feminina para existir como presença na cultura, não como o avesso da identidade do homem, nem o seu contrário, mas existir por ela mesma.

A obra a ser analisada na pesquisa é *Dom Casmurro*, e se tem como intenção mostrar a transgressão de padrões pré-estabelecidos. Capitu, personagem principal, vem para transgredir a imagem da mulher ideal. Essa obra realista denuncia a visão preconceituosa que a sociedade em geral e as próprias mulheres tinham em relação a si mesmas. Seria dizer que Capitu, na sua fragilidade de menina-mulher, luta para desestabilizar a hierarquia entre os gêneros homem e mulher.

As teorias literárias contextualizam o movimento Realismo, do qual faz parte Machado de Assis e sua obra *Dom Casmurro*, como um período de muitas mudanças, entre elas, campanhas abolicionistas e republicanas, o que retrata uma sociedade preconceituosa em que transparece o temperamento, o estado de espírito de pessoas que preferiam encarar os fatos e fazer com que a verdade sobressaísse. Dentre essas pessoas está o escritor realista que prefere personagens verossímeis que possam mostrar seu caráter. Os temas que fazem parte desse período são: relações conjugais, contrastes da vida íntima, a vida nos cortiços, nas cidades, nas

fábricas; as mazelas da vida pública, entre outros, que são descritos numa linguagem objetiva e mais próxima da realidade possível. Ao ficcionista dessa época cabia a obrigação de descobrir a verdade e entender o comportamento das personagens envolvidas. Dentre os escritores realistas, sobressai Machado de Assis, porque ele soube analisar a alma humana com seus requintes, excepcionalmente a feminina: deu àquela mocinha pobre e ambiciosa (Capitu) um pensamento voltado para o indivíduo, para o humano, dando vazão para que ela tivesse ambição e quisesse mudar de *status*, mesmo que o plano afetivo fosse prejudicado.

Dom Casmurro denuncia a condição de desigualdade da mulher e rompe a barreira do tempo, escancarando um novo comportamento da mulher, completamente inaceitável para os paradigmas da época. Parece que Machado de Assis entendeu o grito feminino reprimido e fez da experiência de Capitu uma maneira de mostrar que é possível a mulher ser protagonista de sua própria história. O que se pode perceber é que a obra analisada não serve só pelo seu valor estético, mas cumpre um papel social: provocar reflexões éticas para que se atente para situações reais de vida, e que, através de fatos denunciados, possa-se mudar o seu entorno, cumprindo-se, assim, com um dos objetivos da literatura: servir de ponto de partida para a reflexão.

O trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, busca-se mostrar a literatura conceituada por críticos literários, assim como a tentativa de elencar aspectos relacionais entre literatura e filosofia. Há também a descrição da narrativa realista, na qual está inserido o romance *Dom Casmurro*, com o objetivo de clarificar aspectos relacionados à maneira de enxergar o mundo, uma vez que a literatura registra essências da época em que é escrita. Neste capítulo, críticos expõem pontos de vista sobre a constituição de uma obra literária, especialmente a machadiana em análise.

No segundo capítulo, a importância é retratar o perfil da mulher na sociedade, no que confere ao público e privado. A este aspecto, Rousseau é explícito, as razões são várias que convergem para a mesma direção, dentre elas, o reforço da família patriarcal, e a razão econômica como controle da independência da esposa, o que vem

afirmar valores como a castidade e a monogamia femininas. Quanto ao homem, podem-se observar razões políticas, pois o cidadão, como é concebido por Rousseau, é dedicado por completo ao público, com todo o seu tempo voltado ao exercício de sua cidadania. Conseqüentemente, todas as tarefas domésticas devem ser realizadas pelas mulheres, inclusive as de reprodução e manutenção da família, culminando, assim, na divisão em esfera pública – pertencente ao homem – e esfera privada – lugar determinado para a mulher.

À mulher rousseuniana cabia o “aconchego” do lar, porque as atividades públicas eram inacessíveis a ela, e as funções, inadequadas, sob o ponto de vista masculino. Há de se ver que a divisão entre público e privado não se refere somente a uma divisão de trabalho, mas a uma divisão de mundo. A mulher apresenta um modo de perceber, de fazer e de comportar-se, cujos limites estão na esfera privada, supostamente em virtude de sua formação biológica que se dá em torno de valores como razão, utilidade e virtude. Fechando esse segundo capítulo, discute-se o conceito de imparcialidade em relação ao gênero.

No terceiro capítulo o comportamento da mulher está em evidência. Mais enfaticamente analisa-se Capitu em suas atitudes com o objetivo de mostrar que, mesmo fazendo parte de uma sociedade que privilegiava o perfil da mulher rousseuniana, ela foi capaz de romper paradigmas estabelecidos e mostrar que a mulher poderia estar em pé de igualdade com o homem. Em seus meneios, Capitu se torna a anti-Sofia, desestruturando o pensamento machista da relação homem/ mulher. Ela luta pelos seus sentimentos, não mais voltados para a vontade de um pai ou de um marido, mas para o que ela queria ou achava querer. Assim Capitu se constrói e toma assento num plano realista, agindo e reagindo no panorama social, político e filosófico da época. O anti-sofianismo se verifica na forma como Capitu agrega valores a atitudes corriqueiras e quando se impõe e se torna ativa nas suas vontades.

1 A LITERATURA COMO PONTO DE PARTIDA PARA A REFLEXÃO ÉTICA

O presente capítulo trata de questões a respeito do pensamento a respeito do que seja a arte literária e qual o seu papel na sociedade dos homens. Pretende-se levantar aspectos relevantes que visem ao entendimento de como a literatura pode servir de ferramenta para uma reflexão ética, pois é, muitas vezes, dos meandros da arte que surgem elementos que instigam questões a respeito do próprio homem.

A literatura, propriamente dita, é um sistema de obras ligadas por denominadores comuns que permitem reconhecer aspectos dominantes. Recursos como temas e imagens, certos elementos de natureza social e psíquica se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Fazendo parte desse interagir há um produtor, consciente de seu papel, receptores que formam diferentes tipos de público, e um mecanismo transmissor – a linguagem – que faz a conexão entre o escritor e o leitor. O resultado dessa interação é um tipo de comunicação inter-humana que aparece como sistema simbólico capaz de expor as veleidades mais profundas de um indivíduo.

Como arte, a literatura é uma transfiguração do real: a realidade recriada pelo artista que cria ou recria um mundo de verdades que não são mensuráveis pelos mesmos padrões das verdades factuais. É pela literatura que se toma contato com a vida, com as verdades comuns a todos os homens e a todos os lugares, porque são verdades da condição humana. E, se toda forma de arte traz a possibilidade de recriar a realidade, então o artista tem um poder mágico: o de moldar realidades segundo suas convicções, sua vivência. Quer dizer, o escritor transforma simbolicamente o mundo em outro mundo que seja mais bonito, mais significativo, mais ordenado. Esse mundo criado se faz com a cultura, com as experiências de vida, com a visão de mundo do artista. Nessa linha de pensamento, uma obra de arte é uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que se usou para plasmar elementos não-literários: impressões, paixões, idéias, fatos, acontecimentos, que são a matéria-prima do artista.

Sendo assim, um texto literário traz a postura do artista diante da realidade e das aspirações humanas. O artista trata de aspectos do mundo real, sem, no entanto, descrever ou narrar o que aconteceu realmente; é ficção. Os seres, coisas e fatos passam a existir a partir do texto, sem, no entanto, deixar de ser verossímil à realidade externa do próprio texto. Machado de Assis mostra bem essa postura diante da realidade humana: a realidade criada a partir de personagens reais inseridos em situações que poderiam ser também reais; personagens com características reais, vivendo um drama possível de se encenar num contexto real.

Como estética, um fato literário é histórico, pois revela elementos de uma civilização, o que contribui para diferenciar fatos sociais, econômicos, políticos, religiosos, morais de um povo. A análise de tais fatos intrínsecos no texto é que vai permitir a crítica histórica. Linda Hutcheon⁴, que acredita que a estética assume vasto significado, comenta:

As formas de arte têm demonstrado cada vez mais que desconfiam da crítica exterior, a ponto de procurarem incorporar o comentário crítico dentro das suas próprias estruturas, numa espécie de autolegitimação que curto-circuita o diálogo crítico normal, mesmo quando elege o passado como cenário (através de personagens históricos de maior sentido para uma história restrita). Talvez aí, mais claramente, esse tipo de produção não se poupe de questionar “para onde caminhamos?” [Parece] que, de forma mais evidente, [o que] se revela nessas obras ficcionais são as teias problemáticas que ela [a literatura] premeditadamente espalha a sua volta.

Como prova dessa importância da literatura, temos, ainda hoje, dois séculos depois, *Dom Casmurro* que continua incitando a crítica, seja pelos seus personagens caricaturais, seja pelo tema, deixando transparecer que a autonomia da obra literária está em o romance crescer e se ampliar e se tornar história moral, impondo-se a si mesmo estudos e deveres da ciência. *Dom Casmurro* é um romance construído a partir de fatos verossímeis, envolvidos por uma teia problemática construída com base em idéias, crenças e valores assimilados da sociedade da época em que se insere.

⁴ HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**. Ensinaamentos das formas de arte do século XX. Lisboa: Edições 70, 1989. p.11. Citado por Nascimento.

A literatura faz parte da história como todas as criações do homem; é mais um entre os diversos fazeres do homem que são transmitidos de geração a geração, passando a fazer parte da cultura e ilustrando características de uma época. Como sistema, apresenta denominadores capazes de estabelecer comunicação inter-humana, podendo denunciar fatos, assumindo, às vezes, o papel de transgressora quando do rompimento da ordem estabelecida, mostrando a revolução de costumes.

No plano ético, escrever é reconhecimento implícito de liberdade e de dar sentido e valor a uma existência cerceada. O comentário de Galeano é propício para resumir a idéia de valoração de princípios éticos que a arte literária assume no contexto em geral.

Será que as palavras sobreviverão em meio aos adeuses e aos crimes? (...) As pessoas escrevem a partir de uma necessidade de comunicação e de comunhão com os outros, [escrevem] para denunciar aquilo que machuca e compartilhar o que traz alegria. As pessoas escrevem contra sua própria solidão (...) porque supõem que a literatura transmite conhecimentos, age sobre a linguagem e a conduta de quem a recebe, e nos ajuda a nos conhecermos melhor (...), a gente escreve para as pessoas com cuja sorte ou má sorte se sentem identificadas: os que comem mal, (...), os rebeldes e humilhados (...) para despistar a morte e destruir os fantasmas (...); mas (...) [isso] só pode ser útil quando coincide de alguma maneira com a necessidade coletiva de conquista da identidade (...). Enquanto instrumento de revelação da identidade coletiva, a arte deveria ser considerada matéria de primeira necessidade e não artigo de luxo. (...) A obra nasce da consciência ferida do escritor e se projeta ao mundo. Então, o ato de criação é um ato de solidariedade (...), [pois] ao se escrever, é possível oferecer o testemunho de nosso tempo e de nossa gente (...). [A] literatura (...) enriquece uma formidável tradição de palavras que lutam (por NICOLA, 1998, p.43-44).

Comungando com a idéia de Galeano, é possível entender por que uma arte simples como a literatura pode representar tanto como instrumento de reflexão. Pode-se dizer que ela é fundamental para formar a sensibilidade e visão de mundo de um povo, sendo também por ela que tomamos conhecimento de observações e de sentimentos experimentados pelos nossos antepassados. É por meio dela que mulheres gritam pelos seus direitos, que expõem seus desejos reprimidos, seu cárcere privado. Seria dizer que a leitura de obras literárias é capaz de produzir discernimento sobre experiências vividas. E é por esse viés que a literatura pode servir de janela para que se possa, através dela, “ver” e refletir sobre verdades ocultas ou ignoradas.

A esse respeito, Nascimento⁵ diz que “a ficção não pode estar alheia a cenários de mudanças de paradigmas. Aliás, a literatura nunca esteve. O que muda é a intensidade com que a literatura se volta para o próprio processo, não descurando, contudo, do olhar crítico ao universo em que se insere”.

1.1 LITERATURA E FILOSOFIA

A arte, num sentido geral, tem papel reconhecido desde o século XVIII, no entanto, como ciência literária, ainda não dispõe de métodos sólidos que a comprovem. Talvez, por isso, poucos trabalhos desenvolveram a temática da importância da literatura como forma de comunicação. Vem da Escola de Frankfurt a visão de que a arte tem um papel decididamente social e revolucionário. “No lugar da religião, a arte deve ser capaz de se tornar eficaz enquanto poder unificador, já que é entendida como uma ‘forma de comunicação’ que intervém nas relações intersubjetivas dos homens” (HABERMAS, 2002, p.63). A arte é tida, então, como *medium* para que o ser humano se forme para a verdadeira liberdade política. Esse processo, no entanto, não se refere ao indivíduo, mas ao contexto coletivo, pois “se a arte deve cumprir a tarefa histórica de reconciliar a modernidade em conflito consigo mesma, não pode atingir apenas os indivíduos. Tem, antes, de transformar as formas de vida compartilhadas por eles” (HABERMAS, 2002, p.66). Daí a força comunicativa, solidária, fundadora de comunidade, e de caráter público da arte.

A literatura, conforme Antônio Cândido (2005), é a manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo que possa viver sem ela. Ninguém é capaz de não se entregar ao universo fabuloso, seja em sonho ou em

⁵ Naira de Almeida Nascimento é graduada em Letras pela UFRJ, concluiu o mestrado na UFPR com dissertação sobre o escritor Visconde de Taunay. É doutoranda na mesma instituição. As consultas são do artigo que faz parte da coletânea *Retratos e Simulacros Machadianos: uma leitura de “Enquanto isso em Dom Casmurro”*. “Ainda Machado: presença na ficção contemporânea”, organizada por Marilene Weinhardt, 2003. Sendo assim, as citações, a partir de agora, aparecerão com o sobrenome e o ano de organização dos artigos.

vigília, pois a criação ficcional ou poética está presente em todos, analfabetos ou eruditos, seja na forma de anedota, causo, canção popular, histórias, novelas, leitura de um romance, entre tantos tipos que enriquecem os devaneios de cada um.

Cândido toma a literatura como elemento-base de uma cultura, e diz que ela faz parte da lista de necessidades universais e como tal deve ser satisfeita. Ele vai mais longe ainda, faz comparações: o equilíbrio psíquico durante o sono seria mantido pelo sonho e o equilíbrio social pela literatura. Deste modo, ela seria fator indispensável de humanização, podendo até estar envolvida na educação familiar, grupal ou escolar. O autor afirma ainda que a literatura pode influir até na formação da personalidade uma vez que a “aventura” pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Rousseau já reconhecia esse papel da literatura quando, no Livro III, recrimina a leitura de fábulas e diz que Emílio deve ler somente *Robinson Crusoe*⁶.

Segundo Cândido, a função da literatura está ligada à complexidade de sua natureza: ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; é forma de expressão – manifesta emoções e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos – e é uma forma de conhecimento. Quando o poeta ou o narrador elabora uma estrutura, ele propõe um modelo de coerência gerado pela palavra organizada, podendo, assim, também organizar a mente e os sentimentos do seu leitor e, conseqüentemente, deixá-lo mais capaz de organizar a sua visão de mundo.

A literatura humaniza através do processo que confirma no homem traços essenciais como o exercício da reflexão, aquisição do saber, boa disposição para o próximo, afinamento das emoções, capacidade de penetrar nos problemas da vida, senso de beleza, percepção da complexidade do mundo e dos seres, cultivo do humor. Desenvolvendo em cada um a quota de humanidade, torna o homem mais compreensível e aberto para a natureza, para a sociedade, para o semelhante.

⁶ A respeito desse assunto, escreve José Oscar de Almeida MARQUES “Rousseau e os perigos da leitura, ou por que Emílio não deve ler as fábulas” (2004).

Cândido retoma um ponto importante que é o da intenção do autor, lembra que:

...além do conhecimento por assim dizer latente, que provém da organização das emoções e da visão do mundo, há na literatura níveis de conhecimento internacional, isto é, planejados pelo autor e conscientemente assimilados pelo receptor. Estes níveis são o que chamam imediatamente a atenção e é neles que o autor injeta as suas intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão etc. (CÂNDIDO, 2005).

Sendo assim, o escritor atua pela eficiência de sua organização formal, pela qualidade de sentimento que exprime, pela natureza de sua posição política e humanitária.

Nestes casos a literatura satisfaz, em outro nível, a necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles. É aí que se situa a 'literatura social', na qual pensamos quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto à dos direitos humanos, que partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades (CÂNDIDO, 2005).

A ciência literária deve estreitar seu vínculo com a história da cultura já que é parte inalienável dela, não sendo possível compreendê-la fora do contexto. Não há como separar a literatura do resto da cultura, pois todos os fatores que a compõem influenciam-na. O procedimento de analisar somente a obra sem o estudo da cultura faz com que a literatura adquira ares de algo insignificante e frívolo, também não é muito desejável estudá-la somente na sua contemporaneidade, pois "uma obra deita raízes no passado remoto. As grandes obras da literatura levam séculos para nascer, e, no momento em que aparecem, colhemos apenas o fruto maduro, oriundo do processo de uma lenta e complexa gestação" (BAKHTIN, 2000, p.363-4). Assim como encerrar uma obra na sua época é não permitir compreender a vida futura que lhe é prometida. As obras vão além do limite, elas rompem as fronteiras do tempo.

Adorno (1991, p.66), a respeito da função social da literatura, tece comentários dizendo que não há um conteúdo objetivo nem categoria formal da poesia que não proceda da realidade empírica a que se furta. A compreensão da arte e da cultura faz-se a partir de uma teoria da experiência. Podendo, muitas vezes, tratar daquilo de que todos sabem e sobre o que ninguém quer falar. Adorno afirma que a arte é o lugar do conteúdo de verdade:

O conteúdo de verdade das obras de arte é a resolução objectiva do enigma de cada uma delas. Ao exigir a solução, o enigma remete para o conteúdo de verdade, que só pode obter-se através da reflexão filosófica. Isto, e nada mais, é que justifica a estética. Enquanto que nenhuma obra de arte fica absorvida em determinações racionalistas nem no que por ela é julgado, todas se dirigem, no entanto, em virtude da indigência do seu carácter enigmático, à razão interpretativa (ADORNO, 1970, p.149).

Ainda Adorno: “na instância suprema, as obras de arte são enigmáticas, não segundo a sua composição, mas segundo o respectivo conteúdo de verdade” (1970, p.148). Esse enigma a que se refere o autor seria a busca do sujeito pelo conteúdo de verdade presente no objeto. No entanto, “para o seu enigma falta a chave” (ADORNO, 1970, p.148). Ou, de forma mais enfática: “O enigma é saber se a promessa é fraude” (ADORNO, 1970, p.149) Tratar a arte como enigma implica dizer que ela é algo autônomo em relação a conceitos pré-existentes, o que significa que ela provoca a razão, incitando-a a refletir. E é nesse momento que surge o conteúdo de verdade.

Esses conteúdos de verdade, que Adorno afirma estarem nos objetos artísticos, são criados ao mesmo tempo em que se traduzem os enigmas presentes nestes mesmos objetos. Esses enigmas, porém, não são estáticos, findáveis, estão sempre em renovação, por isso uma obra de arte é inesgotável na sua significação. De fato “a necessidade de interpretação das obras enquanto necessidade da elaboração do seu conteúdo de verdade é o estigma da sua insuficiência constitutiva. Não atingem o que nelas é objectivamente querido. A zona de indeterminação entre o inacessível e o realizável constitui o seu enigma” (ADORNO, 1970, p.149). A conclusão a que se chega é que a obra de arte, em tendo conteúdos de verdade, não os tem objetivamente.

Seria plausível dizer que os enigmas de uma obra de arte, aqui especificamente da literatura, quando são descobertos dão origem a outros enigmas, uma vez que o olhar do observador se ajusta e cria novas relações. “Aprender o conteúdo de verdade postula a crítica. Nada é apreendido se a sua verdade ou falsidade não for compreendida, e isso é afazer da crítica. O desdobramento histórico das obras pela crítica e a manifestação filosófica do seu conteúdo de verdade encontram-se

em interação” (ADORNO, 1970, p.149). Seria dizer que um enigma para ser resolvido necessita de um ser “pensante” com capacidade de reflexão.

Aqui entra o papel da filosofia. A literatura fornece os meios e a filosofia se encarrega de dar suporte para que a reflexão aconteça. No entanto, para ser resolvido o enigma, há necessidade da capacidade interpretativa do sujeito que perceba a presença do conteúdo de verdade na obra, pois a reflexão não parte de uma compreensão pré-estabelecida, de forma que o conteúdo de verdade é sempre novo. Assim, a arte é o meio pelo qual se liberam reflexões sempre novas, e a crítica tem papel fundamental nessa atividade. A característica principal da arte é levar o ser humano à reflexão.

Adorno sustenta que o vínculo existente entre filosofia e arte se dá por intermédio da crítica recíproca entre ambas. Para ele, a arte não tem acesso à essência da filosofia, da mesma forma acontece com a filosofia. Cada qual possui capacidade de atingir somente a própria imanência. “O tal enigma proposto pelo autor se refere à busca do sujeito pelo conteúdo de verdade presente no objeto. O que constitui o enigma nas obras de arte é, justamente, o seu processo de imanência, algo que está sempre em devir, não se caracterizando como algo fixo e, por esse motivo, é impossível de ser resolvido, mas, simplesmente, recriado e deslocado.”⁷ Adorno afirma ainda que “A filosofia e a arte convergem no seu conteúdo de verdade: a verdade da obra de arte que se desdobra progressivamente é apenas a do conceito filosófico” (ADORNO, 1970, p.151).

Para Adorno, o conceito de razão tem caráter racional e irracional, mas não sob o mesmo aspecto. Enquanto razão instrumental é irracional porque superestima a cientificidade e visa atingir fins instantâneos, abdicando da busca pela liberdade e pelo esclarecimento. No entanto, ao tomar conhecimento do equívoco através da autocrítica, a razão pode retornar ao caminho da verdade. Assim, ao

⁷ BONI, Cheila Mara Battistella. **Relação entre Filosofia e Literatura: um diálogo fundamentado na teoria de Adorno**. Monografia apresentada ao curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, em dezembro de 2004, RS, sob orientação do Ms. Gerson Luís Trombetta.

reconhecer-se como portadora de irracionalidade, a razão se autolegitima perante o mundo. A razão presente no objeto artístico não é reconhecida pela razão tradicional, porque se trata de um conhecimento originário, desprovido de conceito. E o enigma presente na obra permanece insolúvel, porque a arte não compartilha das regras da racionalidade tradicional. Então, pode-se concluir que o sujeito que aprecie a arte enquanto estética, saberá que quanto mais se aproximar do conteúdo de verdade da obra mais reflexiva e autônoma será sua postura perante ela.

Por não ser a obra de arte portadora da capacidade de fala, ela é incapaz de fornecer resposta a seu próprio caráter enigmático. Assim, as diferentes reações que o expectador (leia-se também leitor para o caso da literatura) possa ter ao refletir sobre ela é que constituem a verdade filosófica. “Esta reflexão acerca do conteúdo de verdade da obra desencadeia um desenvolvimento mimético e cognitivo não dominado, transformando o expectador em um ser de capacidades autônomas.”⁸ Seria dizer que a arte tem papel fundamental na história do sujeito, podendo fornecer ferramentas para levá-lo à reflexão, despertando, assim, a consciência humana.

1.2 NARRATIVA REALISTA

Para se entender melhor uma obra literária é preciso estar atento ao contexto histórico, porque a literatura, em sendo um mostruário, deixa transparecer na obra características comuns de uma determinada época. Para este trabalho o período Realismo⁹ estará em exposição, pois, como o próprio nome diz, o movimento está

⁸ BONI, **Relação entre Filosofia e Literatura (2004)**.

⁹ Em meados do século XIX o Romantismo já dava mostras de esgotamento, especialmente porque derivou para o sentimentalismo piegas, exagero na imaginação. A literatura realista despede-se do sentimentalismo; o escritor procura ausentar-se da obra e pretende ficar como observador impassível e refletir a vida na sua obra. Deve-se encarar o Realismo como um movimento específico do século XIX, mais precisamente em 1865 quando do seu início em Portugal com o episódio polêmico da Questão Coimbrã. No Brasil seu marco foi 1881 com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis e *O mulato*, de Aluísio Azevedo. Com suas tendências voltadas à realidade, o Realismo se faz na união do espírito à vida. Essas tendências logo se cristalizaram dando origem a uma literatura bem mais próxima do momento presente e de uma visão mais objetiva

diretamente ligado a registrar fatos verossímeis à realidade externa do romance. Características desse período literário se contrapõem às do Romantismo e desvendam um perfil diferente de homem: mais preocupado com sua história.

Assim sendo, um período literário é, então, definido por características comuns encontradas em várias obras de uma determinada época. Isso se faz para que se possa entender com mais clareza o objetivo de dada manifestação artística. Neste capítulo, particularidades do Realismo, que se contrapõe ao Romantismo¹⁰, serão exploradas de forma sistemática, já características do período romântico aparecerão de forma implícita na análise de *Emílio*¹¹, obra que servirá de painel filosófico para que se construa a contraposição no que diz respeito ao comportamento da mulher. As duas a serem analisadas: Sofia, do livro V de *Emílio ou Da Educação*, de Rousseau, e Capitu, da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

do mundo e da vida. Ocupou uma época cultural de maior relevância no Brasil pelas circunstâncias históricas, nacionais e internacionais, coincidindo com o advento da civilização burguesa, democrática, industrial e mecânica, e com a penetração da ciência no mundo das idéias e da prática por meio da biologia. O sistema de idéias e normas que caracterizou essa época exerceu tal influência no Brasil que a sua marca até hoje ainda se faz notar em muitos espíritos. Daí a importância da época na expressão literária. (COUTINHO, 1988, p.179-181)

¹⁰ Movimento literário que dominou a literatura européia desde o final do século XVII até meados do século XIX. Caracteriza-se por sua entrega à imaginação e à subjetividade, pela liberdade de pensamento e de expressão e pela idealização da natureza. O Romantismo nasceu em oposição ao Classicismo e representa a estética e os anseios da classe burguesa em ascensão. Acredita-se que o Romantismo tenha tido início na Escócia, Inglaterra e Alemanha, países europeus mais desenvolvidos, mas foi somente na França, após a revolução de 1789, que o movimento se expandiu. Os autores românticos encontram sua primeira fonte de inspiração em pensadores europeus como Jean-Jacques Rousseau e em Goethe. Grande parte dos movimentos libertários e abolicionistas do final do século XVIII e princípio do século XIX originou-se em conceitos da filosofia romântica. “O culto e a exaltação do infinito, o fato de não se contentar com menos que a infinidade, constituem características marcantes do espírito romântico. (...) O próprio positivismo se enquadra nesse espírito. (...) As características assumidas pelo Romantismo em política, arte e costumes estão intimamente ligados (...) à defesa e exaltação das instituições humanas fundamentais, nas quais personifica o Princípio infinito: Estado, Igreja, com tudo o que implicam. Em arte, busca a realização do infinito através de formas grandiosas e dramáticas, em que os conflitos são levados ao extremo para depois reconciliarem-se e pacificarem-se de maneira igualmente extremada e definitiva. Nos costumes, o amor romântico busca a unidade absoluta entre os amantes, sua identificação no infinito; em favor dessa unidade ou identificação sacrifica o sentido autêntico da relação amorosa e sua possibilidade de constituir a base para uma vida em comum” (ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.860).

¹¹ Há de se ter claro que esta obra, também objeto de análise, será tratado como obra filosófica e não literária, por isso a não conceituação similar a *Dom Casmurro*.

No período romântico, a imaginação e a observação de alguns ficcionistas ampliaram largamente a visão da terra e do homem. No entanto, a estratificação dos grupos familiares, regidos por padrões uniformes e superpostos à escravaria e aos desclassificados, ainda não propiciava a multiplicidade das dúvidas e opções morais dentro da arte literária. Mas, mesmo assim, a consciência social de alguns escritores já imprimia aos romances um cunho realista que provinha dos costumes e dos tipos humanos.

O romancista do período romântico narrava as crises da vida, os estados da alma e do coração. O escritor realista procurava descrever não os estados e sim a história do coração, da alma e da inteligência. Fazia isso de forma a descrever o homem no seu estado normal e assim conseguia revelar o que era o homem na sua realidade. Isso se fazia porque o Realismo mostrava o temperamento, o estado de espírito que existia quando o homem preferia encarar os fatos, deixando que a verdade ditasse a forma; os sonhos deveriam estar subordinados ao real. A emoção devia fugir ao sentimentalismo ou à artificialidade, por isso as personagens se mostravam como indivíduos concretos, conhecidos; os incidentes do enredo decorriam do caráter das personagens e os motivos humanos dominavam a ação.

Quanto à análise dos personagens do período realista, pode-se dizer que todos são tipos reais, extraídos da realidade, e o drama se constrói em decorrência de atitudes dos próprios personagens, compreendidos pelo próprio escritor que buscou tipos inspirados em pessoas reais.

Como o escritor realista via e criava seus personagens é o que Bosi (1994, p.169) mostra quando Émile Zola escreve a respeito de seus personagens:

(...) eu quis estudar temperamentos e não caracteres. (...) Escolhi personagens soberanamente dominados pelos nervos e pelo sangue, desprovidas de livre-arbítrio, arrastadas a cada ato de sua vida pelas fatalidades da própria carne. (...) o meu objetivo foi acima de tudo um objetivo científico. Criadas minhas (...) personagens, (...) dei-me com prazer a formular e a resolver certos problemas; assim, tentei explicar a estranha união que se pode produzir entre dois temperamentos diferentes e mostrei as perturbações profundas de uma natureza sangüínea em contato com uma natureza nervosa.

Uma vez criadas as personagens, constrói-se o seu ambiente, que, no Realismo, retrata o presente nos cortiços, nas cidades, nas fábricas, nas relações conjugais etc. Os temas, voltados aos costumes, às mazelas da vida pública, aos contrastes da vida íntima, são narrados de forma lenta, com as impressões apoiadas na sensibilidade. A linguagem, a mais próxima da realidade, da simplicidade, da naturalidade possível, apresenta as vicissitudes da burguesia que rasgava os véus idealizantes que ainda envolviam a ficção romântica. Os escritores realistas, então, se dispunham a aceitar a existência tal como ela se apresentasse aos sentidos, sem metáforas: tudo deveria ser visível, superficial – ao toque da mão –, pois na superfície se alojava o sentido das coisas.

A literatura, então, passa a refletir o que há no interior de uma realidade específica, sem subjetividades. Se havia algo de ruim na sociedade, isto servia de tema para criar/recriar; tudo deveria vir da realidade circundante. Foi dessa maneira que a pena de Machado de Assis criou/recriou *Dom Casmurro*.

1.3 DOM CASMURRO: OBRA REALISTA MACHADIANA

A literatura do período realista se apresenta como e com ferramentas para sustentar críticas e reflexões, seja pela descrição de paisagens, de acontecimentos, seja pela preocupação com o ser que compõe o cenário da ficção. A idéia de busca de identidade percorreu os períodos do Realismo comprovando que as palavras podem assumir a posição de testemunhos de críticas.

Machado, que se encontra dentre os escritores realistas que souberam analisar a alma humana com seus requintes, em vez de apologia à paixão amorosa, como outros ficcionistas, escreve travestindo o problema em personagens femininas, defendendo, assim, a ambição de mudar, mudar de classe, de *status*, mesmo que essa mudança custe à heroína sacrifícios no plano afetivo.

Numa sondagem profunda da sociedade burguesa do Rio de Janeiro, Machado junta os dois processos da literatura: a pesquisa de valores espirituais,

num plano universal, e o conhecimento do homem e da sociedade num plano local, como um eixo que se cruza na vertical e na horizontal, cujas coordenadas delimitam um espaço não geográfico ou social, mas humano que os engloba e transcende.

A importância de Machado foi tanta para a literatura que ele é comparado a grandes nomes, é o que se confirma quando ele é incluído no comentário que Bosi (1994, p.168) faz a respeito dos melhores no cenário literário:

O supremo cuidado estilístico, a vontade de criar um objeto novo, imperecível, imune às pressões e aos atritos que desfazem o tecido da história humana, originam-se e nutrem-se do mesmo fundo radicalmente pessimista que subjaz à ideologia do determinismo. E o que já fora verdade para os altíssimos prosadores Schopenhauer e Leopardi, não o será menos para os estilistas consumados da segunda metade do século XIX, Flaubert e Maupassant, Leconte de Lisle e Machado de Assis.

A filosofia implícita na obra de Machado é pessimista e céptica por ver o homem como um ser corrompido, presa das forças malignas, do egoísmo, da sensualidade, do ódio. Na gênese desse posicionamento há tendências latentes no espírito do homem em direção às misérias humanas. E essa preocupação em definir o homem e suas relações na vida social, de forma específica, é que o constitui como diferente de muitos outros escritores. “Nenhum outro escritor foi tão longe na crítica e denúncia do sistema social, da sua estrutura política e das relações familiares sobre que se sustentava.”¹²

Machado era um transfigurador da realidade. Para ele, a arte era ilusão, verossimilhança, transfiguração do real, e a missão do artista era criar um mundo especial, semelhante ao real, que despertasse uma ilusão da vida sem ser a vida, que captasse a realidade em flagrantes. A introspecção e a sondagem psicológica punham à mostra uma nova espécie de realidade, a que, com genialidade, Machado soube, pela paciência com que aprendeu a investigar, aprimorar o instrumento expressional, disciplinar o temperamento, a inspiração e a imaginação, unindo o passado, o eterno e a tradição à novidade e à originalidade. Machado construiu uma verdadeira

¹² Elódia Xavier, *in* Machado de Assis. **Uma Revisão**, p.112.

obra de arte, na qual predomina a realidade, o meio. Para ele, a verdade histórica existia para ser transmutada em verdade estética e ética.

No leitor, Machado opera tanto movendo a emoção quanto despertando a inteligência. Faz isso através de um penetrante e sagaz uso das forças analíticas do intelecto. Em vez de cópia ou informação da realidade, de sensações físicas, o que se nota em sua obra é o tom sugestivo de efeito imaginativo, criador de atmosfera, de sentimentos e de emoções vagas, sutis, de repercussão duradoura que permanece no leitor.

A preocupação de Machado com a estrutura, com a construção dos personagens, com o desenvolvimento da intriga, com o ponto de vista do narrador, e com outros elementos e artifícios se faz para que se possa estabelecer uma tendência realista, mais especificamente em *Dom Casmurro*, momento em que atinge a sua plenitude artística. Quando conta a história de Capitu, Machado usa o processo de narrador em 1.^a pessoa, deixando figurar as variações de sentimento do narrador e não as dos outros personagens, ficando, assim, os fatos limitados ao que esse narrador-personagem sentiu, viveu.

A temática de *Dom Casmurro* faz parte dos assuntos machadianos que traduzem o sentimento trágico da existência: o pessimismo intrínseco, a contradição essencial do homem, o caráter absurdo e inseguro da vida, a volubilidade dos julgamentos humanos, a crueldade, a inconstância do ser humano, a relatividade da felicidade, a frivolidade e a natureza pérfida da mulher, a vaidade, o sensualismo, o sonho como fuga à dura contingência terrena e enganosa natureza do amor, e a presença do adultério sob vários aspectos, entre outros.

Especialmente em *Dom Casmurro*, Machado desenvolve o enredo numa captação do estado de alma, no qual revela os finos dons de observador e de analista – suas delicadas sondagens psicológicas. Essa obra é o seu romance mais sofrido, mais humano. Bentinho e Capitu em posição ímpar, juntamente com os outros personagens, não apresentam uma estrutura moral unificada, são seres divididos consigo mesmos. E essa cisão interna entra no declive dos compromissos e da instabilidade de caráter.

O livre-arbítrio está limitado não só pelos obstáculos que a natureza indiferente oferece, mas pelas contradições e perplexidades internas; a duplicidade da consciência moral é revelada a cada passo. Esses seres estão, de tal modo, encaixados no universo que um se utiliza, segundo as suas necessidades ou seu capricho, daquele que está imediatamente inferior, enquanto que este último, sem que possa alcançar ou compreender sequer os móveis da ação que padece, exerce a mesma pressão arbitrária sobre outros, ainda menos classificados, que se acham sob seu domínio. Como exemplo dessa dominação, na análise, há de se mencionar Capitu em posição superior quando incita Bentinho a não ir para o seminário; é ela quem direciona as ações. Também Bentinho, no enlevo de ter sido traído, tenta se vingar em seu filho, que está num plano imediatamente inferior. Bentinho tenta contra a vida do menino quando é tomado pelo ciúme ao perceber que seu filho tinha as feições do seu melhor amigo. Já, em posição inferior, se sente Capitu quando é abandonada pelo marido na Europa. Essa relação se fez tão intrincada que, mesmo Bentinho se sentindo superior por tê-la abandonado, assume posição de inferioridade quando sofre as amarguras de estar sem ela.

Em *Dom Casmurro*, Machado vai demolir todo o social no homem para buscar a sua essência (por isso Bentinho é descrito em seu sentimento de dor, em sua casmurrice), criando modelos que hão de sobreviver e inspirar a alma popular, retificando a consciência e o caráter do coletivo. E isso faz com que, na contemplação da verdade, não se perceba mais senão o absurdo e o mal da existência.

Na obra machadiana temos pontos relevantes que corroboram para a validação da obra realista, como a problemática do tempo, pois mostra como o romancista se antecipou a soluções mais modernas na captação do tempo psicológico. E isso influi na estrutura, nos artifícios estilísticos, por isso sua obra acaba expressando angústia temporal, o que pode ser visto como a busca pelo sentido da vida através da experiência humana. Outro artifício seria o estilo indireto livre que possibilita o processo de dissimulação, em que o autor procura se esconder atrás do personagem e não dizer tudo, apenas sugerir.

No que diz respeito à mulher, Machado denuncia a condição de desigualdade. *Dom Casmurro* rompe a barreira do tempo e escancara um novo comportamento da mulher ainda completamente inaceitável para os paradigmas da época. Nessa obra tem-se o privilégio de poder sondar atitudes variadas em situações inusitadas. Situações estas que envolvem os representantes dos dois gêneros em pé de igualdade (Bentinho e Capitu). A questão que aí se discute está relacionada à ética: os saberes e o comportamento moral da mulher no século XIX.

As figuras femininas de Machado são seres complexos e fascinantes, de carne e osso, vividos, retirados ou restituídos do mundo e que fazem parte de uma narrativa psicológica, representando o que o indivíduo vive por si, na sua distância interior, num movimento livre no tempo. “A mulher é sempre (...) um elemento perturbante e incerto, um ser estranho e fascinante que acentua o trágico da vida, porque é contraditória e surpreendente como a fatalidade. Tem um fluido inquietante, e algumas são nitidamente condicionadas por um fator arbitrário e irracional que escapa à definição, como Capitu” (COUTINHO, 1997, p.106).

Schüler¹³ consegue exprimir toda essa fluidez com que a mulher machadiana age, aparece, impõe-se. A importância e a sutileza dessas mulheres não poderiam ser mais bem descritas: “As mulheres de Machado sugerem muito, mais do que dizem. Adivinha-se o que vai no coração delas por atitudes, gestos, olhares, e nunca se tem certeza de lhes ter desvendado os verdadeiros motivos nos sinais exteriores.”

Muitas mulheres participaram do processo de busca de se conhecer, de querer saber as razões que as faziam menores que os homens; quais critérios que embasariam atitudes machistas. Capitu pode ser considerada como mulher de vanguarda por querer ser diferente de outras de seu contexto. Ela viveu experiências inusitadas como refletir, num tempo em que à mulher não era dada a permissão de “falar”, quanto mais de pensar! Em vez de ser subjugada é ela quem direciona

¹³ SCHÜLER, Donald. **Teoria do Romance**. São Paulo: Ática, 1989.

Bentinho, tanto que, ao ficar sem ela, ele se casmurra em si. Mas, para entender esse feito de Capitu, é preciso saber em que situação social vivia a mulher: “condenada” a viver no âmbito doméstico/privado enquanto ao público somente o homem tinha acesso. A esse contexto se encaixa Sofia, de Rousseau, a mulher modelo de qualidades e virtudes, a perfeita esposa e mãe; aquela que a sociedade admitia como companheira ideal para o homem social. Faz-se necessária, então, uma exposição sobre como a mulher rousseauniana deveria se comportar mediante as normas de uma sociedade embasada em preceitos de submissão.

2 MULHERES, PORTAS ADENTRO!

A intenção deste título é provocar olhares para a situação da mulher, não só nos séculos em análise, mas em tempos atuais. Por mais que se tenha “ganho” liberdade no sentido de concorrer com o homem no mercado de trabalho, paradoxalmente, em certo sentido, a mulher continua “confinada” ao âmbito doméstico, seja para dar conta dos afazeres, seja para criar os filhos. Pior ainda, hoje, ela deve dar conta do doméstico e do profissional e, não raras vezes, sozinha. Tenha ou não conquistado o mercado de trabalho, a função doméstica continua sendo atribuída à mulher. O que se nota é que o tempo passou, mas continua sendo “natural” que os homens queiram a mulher como refúgio para o cansaço do dia-a-dia. Ela é o “repouso do guerreiro”, mas em que braços poderá ela também descansar?

Neste capítulo, o trabalho será o de comentar sobre as condições da mulher modelo rousseuniana, assim como mostrar algumas discussões de filósofos a respeito desse modelo de mulher confinada à esfera privada.

A caracterização da mulher como fêmea e a negação para todas as mulheres dos princípios de individualidade fizeram com que se criasse o feminino como objeto filosófico. Todas as mulheres são “a mulher” e tudo o que se afirme de uma delas é válido para todas e para cada uma delas. Uma vez negados os princípios de individualidade, inicia-se o “processo de fabricação da mulher como absolutamente outro” (VALCÁRCEL, 1997, p.27). E a mulher passa a ser o resíduo natural, o ser em estado pré-político, irracional, misterioso, enfim, algo com aparência humana que vive sua obscura potência natural de anarquia dentro de uma cultura machista. Sob estes conceitos surge a mulher ideal de Rousseau.

Esta imagem rousseuniana, embasada em aspectos desprezíveis, o que torna a mulher desqualificada e a faz submissa, atravessou o século XVIII e encontramos-la no século XIX, mesmo quando as relações público-privadas já não eram as mesmas pelo fato de a mulher ter começado a sair de casa para trabalhar. No entanto, nem por isso a mulher conquistou sua cidadania. Esta conquista é

recente, data, em boa parte do Ocidente, da Segunda Guerra. O direito de votar e ser eleita, marco da cidadania, não garantiu, porém, às mulheres, igualdades como autonomia, direitos sobre suas propriedades, sua família, seu domicílio, sua educação, seu trabalho, seu matrimônio, sua herança; a mulher continua sem direitos políticos. A democracia patriarcal construiu relativa igualdade entre os homens à custa do rebaixamento das mulheres. E, para justificar tal desigualdade, afirmava-se que essa desigualdade era essencial e constitutiva. Mesmo com todas as mudanças do pós-guerra a mulher continuou sendo vista por sua “natureza” feminina e não pelo seu potencial humano.

A necessidade de mão-de-obra barata era usada para suprir a demanda em decorrência da Revolução Industrial. Concomitantemente, a sujeição aparecia como condição para estruturar a sociedade. O contrato social, entendido por Rousseau como a busca de condições para que a sociedade resulte na menos repressiva possível, quanto à liberdade e à autonomia, permite que os indivíduos se submetam voluntariamente ao Estado ou à outra legislação. Assim, a liberdade transforma-se em obediência e em troca se ganha a proteção. As ações humanas obedecem, então, à lógica: dominados e oprimidos pelos que estão em cima se compensam oprimindo e dominando os que estão em situação inferior, por exemplo: o homem pode oprimir a mulher, já que ela é tida como inferior.

Para Rousseau, sociedade não opressiva se fará quando se resolver a tensão entre indivíduo e poder, e isto será possível quando o poder não for mais alheio ao cidadão, senão ditado por uma vontade geral que representa vontades particulares que compõem o todo social. Rousseau, porém, para compor essa sociedade, necessita partir de um homem novo, virtuoso para sustentar esta sociedade do Contrato Social.

Ao contrário dessa sociedade idealizada por Rousseau, já existia, porém, a organizada a partir do sedentarismo. Com esse evento, a família aparece como consequência da necessidade de vínculos afetivos entre os que viviam juntos. Por isso, reconhece Rousseau, começou a desigualdade entre homem e mulher: ao dividir-

se o trabalho em função do sexo. Cada família, então, formou uma pequena sociedade em que as mulheres se tornaram sedentárias e se acostumaram a cuidar da cabana e dos filhos enquanto o homem buscava subsistência.

A sociedade civil nasce em Rousseau quando os homens, impotentes para fazer frente às novas necessidades criadas, juntam seus esforços para sobreviver. O processo de socialização leva a um processo de dependência que, para Rousseau, é negação da essência natural do homem.

Rousseau estabelece diferença entre economia geral ou política e economia particular ou doméstica, afirmando que o Estado não tem a ver com a família, a não ser que seus chefes devem procurar a felicidade. As regras da sociedade não são as mesmas que regem a família. A autoridade do pai, estabelecida pela natureza, não deve ser compartilhada com a mãe, porque é preciso que o governo seja único. A realidade de um governo absoluto, estabelecido por natureza, não tem nada em comum com a vontade geral que movia a decisão na sociedade civil. Mulher e filhos estão sujeitos ao pai na sociedade familiar sem faculdades de apelação. O pai impõe regras de conduta, alheias aos princípios liberais que constam no Contrato de Rousseau.

A mulher retratada por Rousseau pertence à esfera privada dos sentimentos naturais. As vantagens da cidadania, a proteção da lei, a igualdade, a representatividade de sua vontade não são gozadas por ela, nem mesmo liberdades do “estado natural” pré-social. A sujeição tem explicação teórica no modelo de relação sexual: os dois concorrem para o mesmo fim de maneira diferente, um deve ser forte e ativo, o outro (a mulher) passivo e débil.

A mulher, como esposa e mãe, deve ficar de fora da cidadania, porque há necessidade de submissão absoluta ao homem, já que ela é definida como sendo sentimento e desejo, deve atender, assim, às necessidades de afeto do homem. É a partir de um cidadão não alienado (aquele que reconhece as leis) que se constrói a sujeição da mulher. A ela as leis lhe são impostas sem mediação de sua vontade.

O pensamento dominante que tornou possível a prática de exclusão da mulher se chamou misoginia romântica, que, funcionalmente, é uma prática excessiva por ser uma resposta contundente contra o que a modernidade estava buscando com seus ideais de vida. A misoginia romântica é a afirmação de que os homens são genericamente superiores às mulheres. Seria uma superioridade natural que corresponderia a uma inferioridade também natural. E isso se devia a traços essenciais e divergentes tanto nos homens quanto nas mulheres, que eram facilmente subjugadas por sua natureza frágil. Em síntese: ser mulher deixou de ser reconhecida por suas características morfológicas e visíveis e, sim, como fêmea da espécie. A mulher guardava mais semelhança com outra fêmea do que com o seu próprio par – o homem – a quem foi dada a razão para que fosse forte, o senhor que devia ser satisfeito nos seus desejos pela mulher.

A mulher deveria ser orientada com severidade, pois a dependência era condição natural da mulher: foi feita para obedecer. Sua liberdade devia ser restrita para que não houvesse o perigo de ela se entregar a tipos de vícios já que era inconstante no seu gosto pelas coisas. Devia, então, ser tratada com freio e submetida ao julgamento do homem. A mulher rousseauiana devia ficar em casa e cuidar exclusivamente do lar e da família e não se entregar a nenhum outro talento que pudesse prejudicar os seus deveres de esposa e de mãe. Também não podia ficar ociosa, pois este seria um defeito perigoso e dificilmente se curaria dele.

Rousseau admite que a ordem civil dependia do direito dos maridos sobre as esposas, direito este que vem da natureza, da diferença de atributos naturais. “Ou seja, as mulheres não são ‘indivíduos’ livres e iguais, mas súditos naturais” (PATEMAN, 1993, p.84). Por isso as mulheres eram comandadas pelos pais e depois pelos maridos. E, como a família representasse uma pequena pátria onde se formava o bom filho, o bom marido, o bom pai, e desse império deveriam sair para que fossem bons cidadãos, a mulher “reinava” ao se deixar comandar no que fazia. (PATEMAN, 1993, p.148)

A situação de subordinação da mulher em relação ao homem é claramente percebida em *Emílio* já que à mulher cabia o “dever ser”. Nesta obra Rousseau afirma a situação de inferioridade da mulher e diz que a natureza dela é e deve ser doméstica, dependente, passiva e débil para que o homem chegue a ser forte e cidadão ativo. Para ele, a domesticação da mulher se obtém pela transformação dela em esposa e em mãe, porque, como esposa, se torna dependente do homem, tendo como dever fundamental agradar ao marido, atendendo suas necessidades particulares. E, quanto às relações de mãe com os filhos, a ela cabe o dever de criá-los.

Partindo da idéia de que à mulher era dado o “direito” ao privado, o pensamento a respeito da cidadania era de omitir os direitos da mulher. Essas qualidades do “feminino” desenhavam, então, a mulher ideal para o contexto da misoginia romântica.

A mulher, modelo rousseuniana, aquela em estado de natureza, por isso sem razão e sem sabedoria, não ficou só na ficção romântica, ela passou a representar a mulher ideal, o modelo de mulher, aquela em desvantagem, porque, enquanto o homem devia ser educado para compreender a estrutura da necessidade e relacionar-se diretamente com ela usando a razão, a consciência, devia ser educada para experimentar, através de um sistema de restrições, sua dependência de convenções sociais. Em suma, a educação que a mulher recebia devia estar em função dos homens: agradar-lhes, ser-lhes útil; fazer-se amar por eles, honrá-los e criar seus filhos. A mulher devia, pela educação, aprender a ser doce e agradável ao marido e aos filhos.

Não foi só Rousseau quem pensou assim! Com exceção de poucos filósofos, a maioria deles assume uma postura paradoxal: reconhecer a igualdade de todos os seres humanos e, ao mesmo tempo, negá-la para a metade do gênero humano – às mulheres (TOMMASI, 2002, p.109). Essa negação de igualdade começa por privar a mulher do âmbito público e condená-la ao privado.

2.1 PÚBLICO E PRIVADO¹⁴

A restrição da mulher à esfera pública se devia a sua limitação de atuação uma vez que seria inacessível a ela determinadas atividades por sua natureza frágil, ou ainda, porque, se ela adentrasse na esfera pública, poderia ficar marcada como não feminina.

Segundo Rousseau, o homem possui uma qualidade muito específica, a respeito da qual não pode haver contestação, é a faculdade de aperfeiçoar-se, o que é negado à mulher porque, universalmente falando, ela é subordinada pela identificação dela com a natureza, conceito este que se entende ser cultural. Rousseau já afirmava que a mulher era o selvagem a domesticar, em contraposição ancestral natureza-cultura e como a plenitude originária e ideal. Ambos os sentidos estão presentes no “bom selvagem” de Rousseau, porém quando o mesmo Rousseau se refere à mulher, significa o estado pré-político – situação que antecede a aparição do cidadão como homem racional que tem direito à liberdade e igualdade. Este estado de natureza representaria o reino da necessidade e da desigualdade.

Carvalho comenta sobre essa idéia:

Sem dúvida, o termo homem empregado por Rousseau não tem o sentido neutro, (...) refere-se exclusivamente ao sexo masculino. As mulheres, seres incapazes de transcender sensações corporais, não podem ser consideradas como *agentes livres*, mas, ao contrário, Rousseau as define como *natureza*. Mergulhadas no reino das necessidades primárias, as mulheres, além de possuírem desejos insaciáveis são, ao mesmo tempo, fonte permanente das paixões e das tentações do homem (CARVALHO, 2002).

Rousseau não vê com bons olhos a situação social da mulher, considera que a presença dela no público marca o alcance da decadência social. E quando as

¹⁴ Para um aprofundamento sobre esse assunto, o que não faz parte do escopo deste trabalho, sugere-se Hannah Arendt em *A Condição Humana* ou Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.

qualidades femininas passam a ser valores sociológicos, a sociedade pode considerar-se depravada.¹⁵

Desta forma, pela função que deve desempenhar, a mulher está fora da esfera social. Deve sim estar voltada a fazer do filho homem um cidadão. É nessa “relação de parasitismo” que o filho encontra sustentação para exercer sua cidadania. Enquanto ela, por causa da função de esposa e de mãe, não tem lugar nas atividades públicas. E é sobre este conceito de público e privado que se constrói a função da mulher. O próprio conceito limita o *locus* da família e o “mundo contaminado” de fora.

Neste sentido, como menciona Cobo, a família representa para o homem social e do sexo masculino um instrumento adequado para voltar a encontrar a unidade perdida. O afeto da família e a total sujeição da mulher adoçam os possíveis conflitos que podem fragmentá-lo. Essa família, composta essencialmente pela mulher, deve proporcionar repouso e evitar conflitos para que o homem possa conter a violência que pode emergir a qualquer momento e pô-lo em conflito. Por isso a mulher deve ser condescendente e se deixar ser subjugada. Deverá fazer-se agradável em vez de provocá-lo; sua violência deve estar nos seus encantos.¹⁶

Aspectos simbólicos marcam critérios de atuação, expectativas, virtudes, enfim, um mundo que corresponde ao feminino como sinônimo de privado, intimidade, devoção, discrição, passividade, sacrifício. O privado não corresponde somente a uma divisão de trabalho, mas a uma divisão de mundo. O limite da esfera

¹⁵ “La presencia de la mujer en lo público marca el alcance de la decadencia social. (...) cuando las cualidades femeninas pasan a ser valores sociológicos, la sociedad puede considerarse depravada” (por PETIT, 1994).

¹⁶ “En este sentido, la familia es para el hombre social y varón un instrumento adecuado para volver a encontrar la unidad perdida. El afecto de la familia y la total sujeción de la mujer dulcifican los posibles conflictos que fragmentan al individuo (...) Pese a que la familia debe proporcionar reposo y evitar conflictos al varón, no siempre cumple la función deseada. La violencia, soterrada y subyacente, puede emerger en cualquier momento y devolver el conflicto al varón: ‘Si la mujer está hecha para complacer y para ser subyugada, hacerse agradable al hombre en lugar de provocarlo; su violencia está en sus encantos’” (COBO, 1995, p.244-245).

privada se estabelece, supostamente, em virtude da biologia da mulher. No entanto, sabe-se que o biológico não impõe tipos de atitudes, modo de perceber e de fazer, forma de comportar-se. Mas o que se sabe é que valores como Razão, Utilidade e Virtude restringiram a mulher à esfera privada e à imposição de seu destino: portas adentro!

Petit (1994, p.116-117) comenta que a Razão seria o valor contrário à natureza e o primeiro a manter a mulher fora da esfera pública: Razão sucede a negação do caráter político da mulher (e, portanto, plenamente humano) e seu conseqüente confinamento ao mundo privado da Necessidade. A mulher está fora da Razão apesar de que uma das características da razão ilustrada é precisamente a pretendida universalidade com que a comportem todos os sujeitos humanos. Há um empenho da razão patriarcal em expedir marcas diferentes a uma parte da espécie humana que tem por objetivo estabelecer supostas descrições de modalidades de ser. Enquanto a Razão se considera a central humana, a mulher não está definida como Razão: para ela se dá a outra “modalidade de ser”, a outra categoria de diferencial. À mulher se aplica a categoria da Natureza como mecanismo conceitual discriminatório.¹⁷

A mulher, para Rousseau, é natureza porque está sendo considerada como sexo, paixão cega a incitar os desejos do homem. No entanto, a libido é algo que deve ser refreado, controlado, e é o marido quem deve fazê-lo para que a mulher seja mãe virtuosa e esposa sacrificada. Ela também é natureza porque é mãe e sente paixão pelos seus filhos e por ter a capacidade de tê-los, mesmo que

¹⁷ “Razón, sucede la negación del carácter político de la mujer (y, por lo tanto, plenamente humano) y su conseqüente confinamento al mundo privado de la Necesidad. A mujer está fuera de la Razón a pesar de que una de las características de la razón ilustrada es precisamente la pretendida universalidad con que la comporten todos los sujetos humanos. Hay empeno de ‘la razón patriarcal’ (...) em ‘expedir unas marcas diferenciales’ a una parte de la especie humana que tienen por objeto establecer presuntas descripciones de modalidades de ser. En cuanto la Razón se considera lo céntricamente humano (...) la mujer no está definida como Razón: para ella se acude a otra ‘modalidad de ser’ a otra categoría diferencial. A la mujer se le aplicará la categoría de Natureza como ‘mecanismo conceptual discriminatorio’”.

nunca os tenha. É por essa “relação metonímica”, como menciona Petit (1994, p.116), que tem com o filho, que é também considerada infantil. Não podendo, então, ela, fazer parte do público, pois, se sair da esfera privada, uma desordem pode se instaurar no âmbito político. Assim, à mulher são dadas funções que não pertencem à vida pública.

Pateman (1993, p.152) ilustra com um posicionamento de Rousseau sobre a mulher:

Rousseau enfatiza que as mulheres são incapazes de pensar de maneira adequada (e, de qualquer modo, deve-se impedir que elas o façam). Princípios abstratos e verdades especulativas estão reservadas aos homens. As mulheres devem estudar as mentes dos homens aos quais estão submetidas, para que saibam como se comunicar com seus senhores.

O segundo valor a manter a mulher fora do público é a virtude. Explica Petit, a mulher virtuosa é o ideal que define, em seu dever, que deve ser “como Deus manda”, neste caso, “como a razão manda”. A mulher virtuosa é aquela que vence a paixão, domina o desejo sexual e se contenta com a domesticação e com o seu “sitio” dentro da esfera privada familiar. Uma mulher boa, sob o ponto de vista moral, se define pela relação que tem com seu corpo. A mulher moral é a que cultiva a virtude principal da castidade, quer dizer, aquela que domestica seu sexo acima do amor e a serviço dos outros, filhos e marido, principalmente. Por outro lado, se a mulher não cultiva o valor da virtude, da moralidade, pode ser considerada personificação do mal, fonte das paixões e dos desejos. Por isso é capaz de converter os homens em escravos, uma vez que a natureza lhe concedeu mais facilidade para excitar desejos (PETIT, 1994).

Sendo assim, o homem pode contar com o poder da repressão contra os poderes de sedução da mulher, pois é preciso reprimir a sexualidade e o ser apaixonado feminino e orientá-lo através da exaltação de virtudes domésticas, fazendo, assim, a mulher tornar-se exclusivamente esposa e mãe. A mulher virtuosa é mãe e esposa, cujo *locus* é a casa e o dever e razão de ser é atender os filhos, ocupar-se da economia doméstica e, sobretudo, servir de repouso ao cansado

cidadão-produtor que é seu marido. A decência e a moralidade da casa são sustentadas pela virtude da mulher que contrasta com a imoralidade de fora, ou seja, o âmbito privado seria o ninho das virtudes domésticas e o público, arena do vício e da prostituição. Enfim, a mulher virtuosa é a que consegue controlar suas paixões sexuais.

Cobo explica que a paixão sexual das mulheres é contemplada por Rousseau como uma poderosa força dificilmente controlável. A regulação desse desejo ilimitado se realiza no marco familiar patriarcal cujo objetivo é a produção de formas de comportamento que normalizem o desejo sexual feminino para que o homem possa exercer plenamente sua cidadania e alcance definitivamente sua unidade psíquica. Apesar de toda retórica sentimental e da apelação de sentimentos e afetos, Rousseau contempla a relação da parceira no matrimônio como uma relação, de certo modo, sadomasoquista. A relação entre homem e mulher no matrimônio é concebida por Rousseau como uma permanente luta, parece um combate apoiado no binômio força-resistência. A obrigação da esposa é mostrar uma resistência que não tenha mais valor que estimular ao marido para que alcance a vitória total. A repetição destas vitórias do homem na relação matrimonial reforça seu papel de sujeito de poder e trata de combater sua insegurança e ansiedade. No matrimônio, fica determinado que a sujeição da mulher pelo homem conduzem-na à virtude. O exercício da virtude pela mulher rousseuniana culmina com a maternidade. A mãe deve derramar ternura e amabilidade por sobre seus filhos¹⁸.

¹⁸ “La pasión sexual de las mujeres es contemplada por Rousseau como una poderosa fuerza difícilmente controlable. La regulación de esse deseo ilimitado se realiza en el marco familiar patriarcal y su objetivo es la producción de formas de comportamiento que normalicen el deseo sexual femenino a fin de que el varón pueda ejercer plenamente su ciudadanía y alcance definitivamente su unidad psíquica. Pese a toda la retórica sentimental y la apelación a sentimientos y afectos, Rousseau contempla la relación de la pareja en el matrimonio como una relación, en cierto modo, sadomasoquista. (...) la relación entre el varón y la mujer en el matrimonio es concebida por Rousseau como una permanente lucha; aparece como un combate, apoyado en el binômio fuerza-resistencia. La obligación de la esposa es mostrar una resistencia que no tenga más valor que estimular al marido para que alcance una victoria total. La repetición de estas victorias del varón en

O outro valor a manter a mulher fora da esfera pública seria o da utilidade¹⁹. Para Rousseau, a utilidade social é motivo para manter a mulher na esfera privada sob a supervisão do marido e afastada dos assuntos públicos. Porque, em primeiro lugar, existe o interesse da espécie: a mulher deve trazer ao mundo o maior número de filhos possível. Em segundo lugar, a mulher deve estar confinada num espaço privado onde possa ser vigiada pelo marido e para assegurar que os filhos sejam legítimos. E, por fim, a utilidade social da mulher se mede em razão de suas virtudes como mãe do cidadão: a mulher mantém a ordem familiar necessária para o desenvolvimento do mundo público e político. Petit completa dizendo que sem a mulher na esfera privada que vele pela manutenção e pela moral doméstica dos futuros cidadãos não se concebe o herói livre e racional rousseauniano: sem Sofia doméstica não existiria o Emílio cidadão. Para que surja o cidadão na sociedade, é indispensável que a mulher fique em sua casa.²⁰

Por outro lado, os homens, em sendo chefes de família, devem ter acesso aos corpos das mulheres, uma vez que estes representam a “natureza” a ser controlada para que a ordem social seja mantida. E já que as mulheres são incapazes de desenvolver a moralidade política necessária aos participantes da sociedade civil, são excluídas da condição de indivíduos livres e iguais; sua utilidade social se resume em criar os filhos e cuidar do marido.

Em Rousseau, a família é o que embasa o âmbito privado que, por sua vez, sustenta o âmbito público. A esfera privada seria o espaço em que se controlaria,

la relación matrimonial refuerza su papel de sujeto de poder al tiempo que trata de combatir su inseguridad y ansiedad (...) Se há señalado que la sujeción y el control de la mujer por parte del varón en el matrimonio conduce a la mujer a la virtud. (...) El ejercicio de la virtud de la mujer rousseauniana culmina con la maternidad. La madre debe derramar ternura y solicitud hacia sus hijos” (COBO, 1995, p.246-245) .

¹⁹ O útil se consagrou como ética e critério de atuação no sistema utilitarista de Bentham: a maior felicidade possível para o maior número de indivíduos possível.

²⁰ “Sin la mujer em la esfera privada que vele por el mantenimiento y por la moral doméstica de los futuros ciudadanos – sin ser ella misma ciudadana –, no se concibe em el héroe libre y racional rousseauniano: sin la Sofia doméstica, no existiria el Emilio. Para que surja el ciudadano em la sociedad, es indispensable que la mujer se quede em su casa” (PETIT, 1994, p.128).

neutralizaria e transformaria o potencial perigoso e mau que poderia se encontrar na natureza feminina – possibilidade de a mulher se rebelar contra uma sujeição eticamente ilegítima –. O cidadão rousseauiano não pode ser concebido sem a família patriarcal, pois somente juntos e unidos pelo matrimônio, os dois sexos adquirem a perfeição moral e se convertem em unidade. Segundo Cobo, Rousseau acredita nessa complementaridade como condição de possibilidade da existência do matrimônio. Se houvesse igualdade, haveria conflitos que poderiam pôr em questão a sobrevivência do esquema doméstico e político patriarcal. A teoria da complementaridade dos sexos em Rousseau corresponde à complementaridade da família e do Estado. Do mesmo modo que a família é o suporte estrutural do Estado, a mulher constitui o fundamento da autonomia moral do homem. Do mesmo modo que os sexos não concorrem à unidade moral da igualdade, senão à autonomia do homem e à sujeição da mulher, assim a família e o Estado repousam sobre os mesmos valores. A teoria do Estado de Rousseau se organiza em torno da defesa e salvaguarda da liberdade e da igualdade dos cidadãos (homens) e a família na concentração da autoridade do esposo e na completa sujeição da mulher.²¹

Essa concepção de família se faz de forma que a privacidade não esteja em oposição à sociedade, senão como complemento indispensável e necessário. Da mesma forma que se crê na complementaridade dos dois sexos, assim o é com os

²¹ “Rousseau cree en la complementariedad de los sexos como la condición de posibilidad de la existencia del matrimonio. Si entre los dos sexos, en lugar de complementariedad, hubiese igualdad se producirían conflictos que pondrían en cuestión la supervivencia del esquema doméstico y político patriarcal. (...) La teoría de la complementariedad de los sexos en Rousseau se corresponde a su vez con la complementariedad de la familia y del Estado. La unión de los sexos se superpone con la unión de las dos esferas (pública y privada) en una unidad moral superior. Del mismo modo que la familia es el soporte estructural del Estado, la mujer constituye el fundamento de la autonomía moral del varón. (...) Del mismo modo que los sexos no concurren a esa unidad moral desde la igualdad, sino desde la autonomía del varón y la sujeción de la mujer, la familia y el estado tampoco reposan sobre los mismos valores y normas. (...) La teoría del Estado de Rousseau se organiza en torno a la defensa y salvaguardia de la libertad y de la igualdad de los ciudadanos (varones) y la familia en la concentración de la autoridad del esposo y en la completa sujeción de la mujer” (COBO, 1995, p.242-243).

âmbitos público e privado. Ambos os espaços se necessitam mutuamente, sendo que o cabeça da família é, ao mesmo tempo, um cidadão, e a família só se relaciona com a sociedade através de seu chefe. Rousseau não deixa dúvida quanto à denominação do homem no seio de família: o homem não só é o sujeito político como também é o sujeito do espaço privado. Em ambos os espaços a legitimidade do poder repousa sobre sua qualidade de sujeito.²²

A sociedade de Rousseau repousa sobre o conceito de virtude. O problema é que ela adquire significados diferentes para cada gênero. O homem alcança virtude ao exercer a cidadania, e a mulher ao desempenhar as funções de esposa e de mãe. Para Cobo a família rousseuniana atua como suporte material e ideológico básico do Estado. O sujeito da família é, sem dúvida, o homem, porém a família é o âmbito feminino por excelência. A função da mulher como transmissora dos valores políticos e morais é um traço fundamental deste ideal familiar patriarcal. A mulher tem a tarefa de educar o filho para que ele possa exercer, no futuro, a sua cidadania. No entanto, precisa da mãe para que lhe ensine o sentimento do estado de natureza: a piedade, que será transportada ao espaço público quando se converter em cidadão.²³

Quanto a implicações da teoria moral e política, Young (1987) menciona que o individualismo pode ser constituído mediante o enriquecimento comunicativo intersubjetivo das qualidades e realizações: somente através da vida política o

²² “El varón no solo es sujeto político, sino que también es sujeto en el espacio privado. En ambos espacios, la legitimidad del poder reposa sobre su calidad de sujeto” (COBO, 1995, p.249).

²³ “*La familia rousseuniana actúa como el soporte material e ideológico básico del Estado. El sujeto de la familia es, sin duda, el varón, pero la familia es el ámbito femenino por excelencia (...) La función de las mujeres como transmisoras de los valores políticos y morales es un rasgo fundamental de este ideal familiar patriarcal. La asignación a las mujeres de la tarea de educar a los hijos para ejercer en el futuro la ciudadanía reposa en la idea de que la mujer es la portadora de la piedad. Las mujeres, a través del ejercicio de la maternidad hacen posible que los niños recuperen esse sentimiento del estado de naturaleza. Una vez interiorizada, la piedad será transportada al espacio público cuando los hijos de la familia patriarcal se conviertan en ciudadanos*”. (COBO, 1995, p.249-250)

indivíduo torna-se capaz de concretizar suas capacidades. A mulher, em não fazendo parte da vida pública e política, se acha excluída, e isso contradiz a promessa democrática liberal de emancipação e igualdade universais. A respeito de uma sociedade não opressiva, continua Young, só será possível quando não houver tensão entre indivíduo e poder. É necessário que se tenha uma sociedade em que se faça valer a vontade geral.

2.2 IMPARCIALIDADE

As Revoluções Francesa e Americana abriram espaço para a filosofia política com o pacto entre iguais. No entanto, em nenhum desses momentos a mulher foi reconhecida como igual.

Uma ética emancipatória deve revelar uma concepção de razão normativa que não oponha razão à natureza. O ideal de imparcialidade exprime a lógica da identidade que nega e reprime a diferença. Esse ideal de razão imparcial e universal gera um antagonismo entre razão e desejo ou afetividade. A ética moderna tenta caminhar na direção de refletir racionalmente, por exemplo, se o conceito de imparcialidade for analisado, percebe-se que se esbarra em outros conceitos que só acumulam mais dúvidas: imparcialidade pode significar ser justo, mas, em relação a quê?

Conforme Young (1987, p.69-70), o conceito de imparcialidade sem considerar necessidades e desejos seria:

Imparcialidade designa um ponto de vista da razão que fica à parte de quaisquer interesses e desejos (...) significa ser capaz de enxergar o todo, de ver como todas as perspectivas e interesses particulares em dada situação moral se relacionam mutuamente de um modo que, por causa de sua parcialidade, cada perspectiva não pode ser vista a si própria (...) O ideal de imparcialidade exige construir o ideal de um eu abstraído do contexto de quaisquer pessoas reais: o eu deontológico não está comprometido com quaisquer fins particulares, não tem história particular, não é membro de comunidade alguma, não tem corpo.

No entanto, esse ideal é ilusório. A dicotomia entre razão e desejo surge na teoria política, na distinção entre o domínio público universal da soberania e do Estado, por um lado, e, por outro, no domínio privado das necessidades e desejos.

A filosofia de Rousseau tem como paradigma de público cívico não a institucionalização que reordena a vida social numa rígida divisão de público e privado, depois da reação de um público formado por homens de quaisquer classes e por mulheres aristocráticas que discutiam negócios do Estado em casas de café, em salões, teatros, no século XVIII, mas a de um Estado que refreava o desejo, o sentimento de particularidade e interesse por leis impostas pela ameaça de castigo. A respeito dessa separação entre público e privado, Young (1987, p.73) escreve:

A teoria política normativa e a prática política modernas têm por objetivo encarnar a imparcialidade no domínio público do Estado. Como a imparcialidade da razão moral, esse domínio público (...) atinge a generalidade pela exclusão da particularidade, desejo, sentimento e aqueles aspectos da vida associados com o corpo. Na teoria e prática políticas modernas esse público consegue uma unidade em especial pela exclusão de mulheres e outros que se relacionam com a natureza e o corpo.

As mulheres são excluídas por serem identificadas e representarem sentimentos, pois a oposição da razão deontológica entre dever moral e sentimento desconhece o papel dos sentimentos. E, assim, as decisões morais fundadas em considerações de simpatia, cuidado e necessidades são definidas como não racionais, não objetivas, meramente sentimentais contrário à racionalidade moral. Young, sob o ponto de vista dos feministas, comenta:

Os feministas mostraram que a exclusão teórica das mulheres do público universalista não é mero acaso ou aberração. O ideal do público cívico exhibe uma vontade de unificar, e exige a exclusão de aspectos da existência humana que ameaçam dispersar a unidade fraternal de formas retas e verticais, especialmente exclusão de mulheres. Dado que o homem como cidadão exprime o ponto de vista universal e imparcial da razão, **alguém tem que cuidar de seus desejos e sentimentos particulares** (grifo nosso) (YOUNG, 1987, p.73).

Expulsando desejo, afetividade e necessidade, a razão deontológica os reprime, e põe moralidade em oposição à felicidade. A função do dever é dominar a natureza inferior, e a tarefa da razão é controlar e censurar o desejo. Para Rousseau a natureza sensível e carente do homem é ordenada no domínio privado, do qual as mulheres são as adequadas guardiãs morais. E, por essa mesma função, a mulher é excluída da vida pública para que a formação familiar seja protegida.

Young (1987, p.76), expõe essa visão rousseuniana sobre a exclusão “necessária” das mulheres:

No esquema social (...), as mulheres devem ser excluídas do domínio público da cidadania porque são as zeladoras da afetividade, do desejo e do corpo. Permitir apelos a desejos e [a] necessidades físicas para motivar debates públicos prejudicaria a deliberação pública pela fragmentação de sua unidade. Além do mais, mesmo no seio do domínio doméstico, as mulheres devem ser dominadas. Sua sexualidade perigosa e heterogênea deve ser mantida casta e limitada ao casamento. Impondo a castidade às mulheres manter-se-á cada família como uma unidade distinta, evitando o caos e a mistura de sangue que seria produzida por filhos ilegítimos. Essas mulheres castas e confinadas podem ser então as adequadas zeladoras do desejo dos homens, ao moderar seus impulsos potencialmente desagregadores através da educação moral. O desejo dos homens pelas mulheres (...) ameaça despedaçar e dispensar o domínio racial universal do público, bem como romper a nítida distinção entre público e privado. Como guardiãs do reino privado da necessidade, do desejo e da afetividade, as mulheres devem garantir que os impulsos dos homens não os afastem da universalidade da razão. Ademais, a pureza do lar cuidado pela mulher há de moderar os impulsos possessivamente individualistas do domínio particularístico dos negócios e do comércio, o qual, como a sexualidade, constantemente ameaça explodir a unidade da sociedade sob o guarda-chuva da razão universal.

A idéia de cidadania igualitária atinge unidade porque exclui particulares. A política emancipatória, ao contrário, deve fomentar uma concepção de público que, em princípio, não exclua ninguém, nem aspectos das vidas das pessoas. O significado de público é o que é aberto e acessível. É qualquer lugar a que se possa ter acesso. Assim como poder contestar, discutir, participar, comunicar questões quanto a valor moral ou desejabilidade humana de uma instituição ou prática cujas decisões atingem um grande número de pessoas.

Por outro lado, há também a necessidade de se reconhecer a mulher neste contexto como ser humano, capaz de fazer escolhas e não como alguém a ocupar um lugar já designado por homens. Precisa-se buscar uma forma de estrutura social que agregue valores às funções desempenhadas por mulheres e que permita a elas livre arbítrio quanto à posição a ocupar na sociedade. Carece desmistificar a imagem de que, pelo fato de o homem e a mulher serem distintos no corpo, isso possa representar obstáculo para a igualdade. Pois, como já disse Poulain de La Barre

(1984), a diferença anatômica é irrelevante; o fundamental é que os dois sexos têm em comum o espírito e esse não é marcado pelo sexo.

O próximo seguimento terá como objetivo evidenciar, por meio de ações, por mais “quietas” que possam parecer, executadas por Capitu, no seu enlevar de menina-mulher, que a literatura pode assumir uma função interessante: oferecer meios para se refletir sobre as condições humanas, aqui especificamente, as da mulher.

3 CAPITU: A ANTI-SOFIA

Neste capítulo pretende-se analisar o perfil da mulher a partir das personagens Capitu da obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e Sofia, do livro *Emílio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau. Por um lado, tem-se Capitu que, transgredindo a ordem estabelecida, extrapola o seu momento histórico e mostra-se autônoma no seu fazer história. Por outro, Sofia, a mulher perfeita, aquela que deve ser o repouso do guerreiro, a guardiã da moralidade, a natureza pura, a sexualidade, a que existe porque é vista pelos outros.

Enquanto *Emílio* traz a marca da repressão e submissão, *Dom Casmurro* traz a “marca inconfundível de uma pessoa humana, na sua trivial originalidade” (COUTINHO, 1997, p.109). Este romance apresenta indícios de libertação, o que pode ser percebido no comportamento de Capitu. Por isso a obra oferece situação privilegiada para se fazer uma reflexão ética feminista.

Parece que Machado premeditou sua criação mais popular Capitu – menina de “olhos oblíquos e dissimulados” ou mulher dos “olhos de ressaca” –, contrariando e indo além do que a teoria literária propõe. A teoria diz que, como escreve Lorenski²⁴, quando o autor compõe, ele, através das personagens, apresenta uma visão de mundo que se rompe no confronto das personagens. O próprio autor, fazendo uso de sua liberdade, manipula os personagens para que esse confronto aconteça, resultando daí o protagonista e o antagonista que discutem e agem conforme visões de mundo vigentes na sociedade retratada. E é desse desacordo entre ações e falas dos personagens que nascem, crescem e se desenvolvem os conflitos. Ao final da saga, os protagonistas têm de convencer o opositor, ou abrir mão da posição adotada para que se chegue a um acordo final, melhor que a posição inicial. *Dom Casmurro* quebra essa estrutura teórica e põe as duas figuras centrais (Bentinho e Capitu) ora como protagonistas ora como antagonistas.

²⁴ Nelson Lorenski. Trabalho sobre teoria do romance não publicado.

Capitu, desde o início, mede forças com Bentinho para ocupar lugar de protagonista. E ela consegue destaque ao mascarar pela dispersão dos atos e das palavras; ultrapassa o individual, deixando vir à tona interesses do gênero feminino. O confronto entre Capitu e Bentinho acontece e não há um desfecho. Capitu não convence seu opositor (Bentinho) nem ele abre mão de sua posição adotada na saga dos protagonistas. Capitu também se mantém na disputa pelo papel principal. Daí o impasse e o triste fim para os dois; não há protagonista *versus* antagonista, e, ao mesmo tempo, os dois exercem o duplo papel de ser protagonista e/ou antagonista.

A personagem Capitu é analisada para que se reflita sobre as “capitus” do presente. Ela, como muitas, ainda hoje, para conseguir “*status* de mulher”, camuflava-se na fragilidade e na inocência de menina-fêmea, como se olhasse por uma “tela de burca” para acompanhar os movimentos do mundo e lutar pela desestabilização da hierarquia entre os gêneros homem e mulher. Talvez assim o fizesse porque ainda lutava contra sua própria visão preconceituosa, como bem o disse Poulain de La Barre (1984): as mulheres também não escapam à visão preconceituosa sobre o seu próprio sexo: consideram-se a si mesmas como incapazes e aceitam como justa sua situação de subordinadas. Vêem-se a si mesmas como os homens as vêem e com base em idênticos preconceitos. Acreditam que têm menos espírito que os homens, e que devem, em tudo, ser inferiores a eles, como na realidade o são.

Na sua luta de convencer-se, Capitu, na simplicidade de suas atitudes monossilábicas, tecidas pela mão do “mestre”, rascunhava a emancipação da mulher sem se importar se outra mulher compartilhava com ela tal façanha no seu palco de sutilezas! Esses indícios que Capitu ia deixando denunciavam, no decorrer da trama, que os pequenos acontecimentos podiam fazer parte de uma realidade, não só no tempo da escritura, mas também na atualidade: a aproximação de Escobar (representante do desconhecido, do diferente, do sonho) à família de Bentinho; a morte de Escobar; a atitude de Capitu perante o cadáver; o filho que poderia não ser de Bentinho; o fecho da pequena tragédia em que alguns se sacrificam para o bem-estar e gáudio de outros.

Não é difícil perceber indícios de que Capitu agia diferente de seu tempo, por exemplo, o fato de ela não ter como descrição, no seu cotidiano, situações de envolvimento com seu filho Ezequiel, contrariando o que se esperava para a época: enaltecimento da mulher como mãe. Rousseau expressa o paradigma da mulher perfeita afirmando que “a atração da vida doméstica [era] o melhor contraveneno para os maus costumes. O aborrecimento das crianças, (...) torna-se agradável (...) e os cuidados domésticos tornam-se a mais cara ocupação da mulher” (EMÍLIO, p.21).²⁵ Mesmo que fosse esse o pensamento que predominava sobre a mulher, Capitu não dá mostras desse comportamento. Não que ela não tenha sido boa mãe e esposa, mas o seu foco principal não era sê-lo, como mandava o pensamento rousseauiano.

A mulher perfeita devia ser passiva e fraca em relação ao homem. Sua função era de agradar ao homem e, pelos seus encantos, deveria escravizá-lo. Nesse jogo amoroso, o equilíbrio acontecia porque, enquanto ele era dotado de razão para governar as paixões, ela o era de pudor para conter seus (os dela) desejos ilimitados. Capitu, ao contrário disso, mesmo mantendo um relacionamento amoroso com Bentinho, mostra-se autônoma nas suas decisões e desejos.

Falando de amor, Rousseau distingue o moral do físico. O físico seria o desejo que leva um sexo a unir-se a outro. O moral é o que determina esse desejo e o fixa num só objeto ou que faz com que se tenha por esse objeto um grau bem maior de energia; seria um sentimento artificial, um costume social celebrado com habilidade e cuidado pelas mulheres. Havendo, pois, condições para que essa relação homem/mulher possa acontecer:

(...) enquanto o sexo ‘forte e ativo’, pela razão consegue tornar-se superior às tentações, a mulher a elas sucumbe na maioria das vezes, pois o precário freio do *pudor* não é suficiente para controlar os desejos. A fraqueza e a passividade da mulher evidenciam-se, assim, para além do corpo físico, na incapacidade para moderar seus desejos insaciáveis.

²⁵ Neste capítulo, em vez do autor, citar-se-á a obra seguida pela página, a saber: *Dom Casmurro e Emílio*.

Isto significa, de acordo com a visão de Rousseau, que, por não possuírem autodomínio, as mulheres não são seres livres e, por esta razão, encontram-se aquém da esfera da moralidade, imersas no reino da necessidade e da natureza (CARVALHO, 2002).

Isso significa dizer que a mulher não se encontra no mesmo estado de evolução. A desigualdade se daria porque ela estaria em estado de natureza, enquanto o homem já pertenceria ao estado mais evoluído – o da razão. No entanto, não há de se questionar essa desigualdade, porque a resposta estaria na definição da própria palavra natural, e menos ainda há de se procurar a ligação entre as duas desigualdades, pois

(...) seria perguntar se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que os que obedecem e se a força do corpo ou do espírito, a sabedoria e a virtude sempre se encontram, nos mesmos indivíduos, na proporção do poder ou da riqueza: tal seria uma boa questão para discutir entre escravos ouvidos por seus senhores, mas que não convém a homens razoáveis e livres, que procuram a verdade (ROUSSEAU, 1978, p.235) .

Poder-se-ia entender, então, que o estado de natureza a que Rousseau se refere, quando do discurso sobre o homem em estado “selvagem” seria o mesmo em que a mulher se encontra? A mulher não teria, então, “evoluído”? Ou há “estados de natureza” diferentes para cada gênero? Parece, pelas características relativas ao homem²⁶, que não²⁷.

Para Rousseau esse conceito de natureza tem valoração diferente quando aplicado à mulher. É o que Carvalho (2002) menciona:

(...) ao ser aplicado à mulher, [este conceito] sofre uma transformação valorativa em relação ao mesmo conceito quando referido ao hipotético estado de natureza de Rousseau. (...) Quando aplicado à mulher, não tem a conotação positiva de plenitude originária e ideal, (...) é outra: a mulher é natureza no sentido de representar aquilo que se opõe à razão e que precisa ser dominado e controlado (...); [representa] o reino da necessidade e da irracionalidade.

²⁶ “Mas o homem selvagem, vivendo disperso entre os animais e vendo-se desde cedo na iminência de medir forças com eles (...), fez a comparação e, verific[ou] que (...) ultrapassa em habilidade (...) um selvagem robusto, ágil, corajoso como todos eles o são” (ROUSSEAU, 1978, p.239).

²⁷ Essa questão referente a tipos diferentes de natureza fica para um próximo trabalho.

Capitu, nas suas ações, deixa claro que não pertence a esse estado de primitividade. Ela rompe o paradigma de mulher submissa e comanda a narração desde o seu início. Como ilustração pode-se ter quando ela se mostra contrária à decisão de Bentinho ir ao seminário, ou quando, vista pelos olhos do narrador (homem!), ela **refletia**.

Ao criar Capitu, Machado não a insere no contexto em que o conceito rousseauiano é válido, ele se calca num tempo fictício, futurista. Quer dizer, a roupagem, o conflito e a época são do momento da narrativa (século XIX), mas o tempo dentro das ações de Capitu não pertence à época em que se desenrola a narrativa. Por isso pode-se dizer que Capitu é mostra de mulher na vanguarda, porque, mesmo que o protótipo de dama do século XIX fosse o da mulher idealizada em termos de delicadeza e encanto, passiva, sexualmente falando, e, emocionalmente instável, ela desbanca esse modelo e dá indícios de libertação dessas peias sociais e domésticas. E vai mais longe, insinua o adultério, reforçando a idéia de leviandade moral e crise ética, mesmo que seja a moral do herói da exceção (mulher). Ela rompe com a ordem estabelecida, delimitando uma fase de heróis, amor-fatalidade, natureza-refúgio, mulher-diva em nosso contexto histórico-literário.

De outro lado, tem-se o incrível Rousseau que diz ainda que, quanto à consequência do sexo, “o macho só é macho em certos momentos, a fêmea é fêmea durante a vida toda, ou, ao menos durante a sua mocidade; tudo a leva sem cessar a seu sexo” (*EMÍLIO*, Livro V, p.428). E é por isso que a mulher rousseauiana tem como destinação fazer filhos, pois é de sua natureza ser mulher e ser mãe. **Para ela não existe a possibilidade de mudança** uma vez que não há como mudar seu temperamento e gosto; a mulher não suportaria exercer atividades de homem. E se houvesse mudanças, e a mulher tivesse o mesmo trabalho, os homens também passariam pelas mesmas mudanças, existindo, assim, sempre a mesma diferença. Sustentar que os dois sexos são iguais, que seus deveres são os mesmos, é perder-se em declarações vãs, pois a justificativa para tal desigualdade está na natureza e assim deve permanecer (*EMÍLIO*, p.429).

Por outro lado, voluntariamente ou não, conscientemente ou não, tem-se um jeito esperto de descortinar a realidade. E esse jeito mostra uma estratégia possível de representação num mundo em que a mulher se encontra numa situação de marginalidade (GOTLIB, 1990, p.52). Essa nova forma de existir é mostrada por Capitu que não aceita as condições de marginalidade em que vivem as mulheres. Capitu é como Alice²⁸ nas suas aventuras, especialmente na metaforização da casa do espelho, quando cresce tanto que não cabe mais dentro da casa, e, em pleno desconforto, coloca um braço fora da janela e um pé por dentro da chaminé (GOTLIB, 1990 p.53). Ela cresce, e se expande tanto que a situação da narrativa fica pequena, e ela, então, como se “olhasse pela fresta da janela”, na sua ingenuidade esperta, pratica o exercício clandestino de espionagem do mundo. No decorrer da narrativa, o espaço se abre, se expande e se elasticiza. E não cabendo mais no espaço reservado para ela por aquela sociedade e também não entendendo o seu momento de transformação, tal qual Clarice²⁹ faz nos seus contos, lança seu olhar a nenhum território específico; não sabe sua identidade, só sabe que é, mas é o quê?

Nesse processo doloroso de perda da referencialidade, Capitu experimenta sentimentos ambivalentes e angustiantes, pois esse novo olhar abala uma ordem de valores preservada ao longo da história pela sociedade, sob a rubrica equívoca do homem. É nesse processo que ela, dolorosamente, busca a sua identidade de mulher.

Já Sofia não passa por processo semelhante, a começar pela educação que, segundo Rousseau, deve ser diferente para cada sexo, uma vez que homem e mulher não são constituídos da mesma maneira, nem de caráter nem de temperamento,

²⁸ Personagem do conto “Alice no país das maravilhas” de Lewis Carroll.

²⁹ Escritora que faz parte da terceira geração (1945) do Modernismo brasileiro. Clarice Lispector construiu uma obra de ficção voltada ao feminino, essencialmente introspectiva – ela mergulha na intimidade de seus personagens, investigando profundamente em busca do que seria o próprio cerne existencial dessas criaturas.

portanto cada gênero com suas particularidades. E, por isso, cabe à mulher, enquanto mãe, saber educar de forma distinta os filhos e filhas! (PATEMAN, 1993, p.148). A respeito disso escreveu Rousseau, ao contrário das mulheres, os homens são seres livres naturalmente e, por isso, sua educação deve estar voltada ao desenvolvimento do autodomínio e ao futuro exercício da cidadania. Por serem feitos para comandar não podem receber ordens o tempo todo, logo uma educação repressiva não é adequada. Por outro lado, as mulheres são seres naturalmente dependentes que devem ser acostumadas desde pequenas a se acharem “submetidas ou a um homem ou ao julgamento dos homens” (EMÍLIO, v, p.439).

As idéias de Rousseau em relação à educação de meninas são de que elas devem ser preparadas para serem mães e esposas, com regras repressivas, assim como Sofia, que foi educada para se tornar a mulher perfeita para Emílio. A inferioridade natural da mulher e suas tendências para ser conquistadora, astuta e apaixonada por natureza devem ser respeitadas e conduzidas por caminhos desejáveis para que, desde menina, a mulher seja acostumada à restrição.

É incrível, mas Rousseau, mesmo sendo defensor da igualdade, liberdade e fraternidade (ideais da Revolução Francesa, da qual ele foi um dos teóricos), não só aceita como justifica a desigualdade existente entre homens e mulheres:

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela Natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; a outra que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles (ROUSSEAU, 1978, p.235).

Rousseau continua justificando a desigualdade homem/mulher por ser um fato da natureza, mesmo que entre em contradição quando atribui à mulher a disposição natural para guiar o homem. Justifica-se dizendo que há grande diferença entre conceder o direito de mandar e guiar ao que manda. E adverte que essa ordem natural não deve ser modificada, pois isso seria uma aberração.

A natureza determinou a inferioridade feminina e assim deve ser. As tentativas de igualdade entre os sexos são absurdas, pois as leis da natureza não devem ser violadas, cabendo ao ser responsável por ter os filhos de obedecer ao outro.

Para Rousseau é um escândalo que a mulher queira mandar, que ela não aceite a subordinação, pois tal subordinação ocorre conforme as leis da natureza. E ainda mais, a mulher tem um único meio para demonstrar autoridade e exercer influência sobre o homem, é por meio de carícias, súplicas e do pranto. Mesmo que a mulher dê demonstrações de genialidade, é melhor que permaneça ignorada, pois sua glória deve ser a estima do marido; seus prazeres devem ser restritos à felicidade da família.

Por outro lado, pode-se ver a mulher pelos olhos dissimulados de Capitu. Ela não segue o padrão das mulheres da época, e sim desconstrói o que está em voga: o de que a mulher deve viver o sofrimento natural (parto) e o sofrimento artificial (os que a sociedade lhe impõe). Sobre essa identidade da mulher, Irigaray (1992) menciona que a maior parte das mulheres vive só seu parto, que nada lhe permite falar dele, senão que são valorizadas como mães, quer dizer, como sofredoras. São identificadas como tais e como tais transmitem esta identidade. Para ser mulher tem de sofrer e deve cultivar uma identidade dupla: virgem e mãe, em função de cada uma das etapas de sua vida.³⁰ Há de se mencionar que em Dom Casmurro não há menção ao ato de parir de Capitu nem à sua gestação, o que contribui para reforçar a tese: Capitu não foi feita para reproduzir. E, independente de ter ou não ter filhos, ela buscava uma função social que não a de mulher, esposa ou de mãe, queria se afirmar como sujeito de suas ações. A afirmação disso pode estar quando não aparece, no romance, nas suas atividades de mãe (Quisera

³⁰ “Creo que la mayor parte de las mujeres viven solas su parto, que nadie les permite hablar de ello como sujetos, sino que, por el contrario, siempre se las valora como madres, es decir, como sufridoras. Son identificadas como tales y como tales transmiten esta identidad, (...) para ser mujer hay que sufrir. (...) Las mujeres deben cultivar una doble identidad: vírgenes y madres, en función de cada una de las etapas de su vida”.

Machado afirmar o não-papel de mulher-mãe e sim o de mulher-sujeito?). Na sua dissimulação, Capitu teria refletido “como ser mãe sem ser primeiro mulher? E como ser mulher sem ser sujeito?” Ela pensaria a respeito da função da mulher medida pela capacidade de ter filhos, e sobre como a vida da mulher se definiria a partir dessa capacidade?

Diz Rousseau que não importa que não fique tendo filhos a vida inteira, mesmo assim continua sendo da natureza que a mulher seja definida como mãe. Quer dizer, ela é mulher porque pode ser mãe e para sê-lo não precisa ser sujeito. Já Capitu é criada como modelo de mulher-sujeito, não como mulher-mãe, como pregava Rousseau.

Machado de Assis antevê a fratura na ordem patriarcal da modernidade quando da entrada de Capitu em cena, pois ela demonstra segurança, inquietude entre o oculto e o dissimulado, mesmo que o poder dominador do discurso masculino (visto que o narrador se faz em primeira pessoa, a de Bentinho) tente recolocá-la na condição de silenciada e sujeitada, o que resulta na morte como única saída para ela. Não há como dar conta da proposta a que ela veio. Tal qual Madalena³¹ que, ao projetar-se na vida de liberdade, é tiranizada por seu par Paulo Honório, e, ao final, cansada de lutar, Madalena se suicida. Também Capitu luta para manter seu espaço, pensamentos e ideais, desde o início do romance, quando não aceita que Bentinho vá para o seminário. E cada nova batalha a mantém entretida e a faz forte até diante da mais provável saída para uma personagem que ousou romper paradigmas: o abandono e a morte.

Essas mulheres vanguardistas contrariam a visão de Rousseau sobre a diferença entre homem e mulher. O desenvolvimento da razão, da língua e das relações sociais é simultâneo ao desenvolvimento da diferença sexual, uma diferença que necessariamente implica a dependência e a submissão das mulheres aos homens.

³¹ Personagem do romance São Bernardo de Graciliano Ramos em que, como em Dom Casmurro, é narrado pelo par masculino, mostrando, assim, a mulher pelos olhos do masculino.

Às mulheres caberia controlar seus desejos insaciáveis, egocêntricos, no entanto, as mulheres seriam incapazes de desenvolver a moralidade necessária na sociedade civil. O forte seria o homem, e a mulher deveria completá-lo.

Já em *Dom Casmurro* há a exposição da fragilidade e imaturidade de Bentinho, dando mostra de que o papel feminino não é o de completar o masculino e sim o de fazer acontecer a relação entre os dois. Tem-se, diferente da filosofia de Rousseau, a inversão de papéis: Capitu toma a dianteira, conduzindo a trama, e Bentinho assume o papel de dependente das ações tramadas por ela. O próprio Bentinho assume tal dependência ao referir-se às lembranças de Capitu e aos momentos vividos ao lado dela quando explica o porquê de tanta casmurrice: “não consegui recompor o que foi e o que fui. (...) Se só me faltassem os outros, vá (...) **mais falto eu mesmo**, e esta lacuna é tudo. (...) Deste modo, viverei o que vivi (...)”. (grifo nosso) (*DOM CASMURRO*, p.810-811). Fechando o romance, há também em Bentinho o resultado daquela paixão: tornou-se um homem só e triste, talvez um “depressivo” – “Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo” (*DOM CASMURRO*, p.809).

Bentinho, por várias vezes, admite a posição de superioridade de Capitu: “Capitu refletia. A reflexão não era cousa rara nela, e conheciam-se as ocasiões pelo apertado dos olhos.” Aqui, superioridade, porque à mulher da época não era dado o direito de pensar! Seguindo na descrição desse perfil, temos Capitu preferindo, tendo idéias atrevidas, decidindo: “Como vês, Capitu, aos quatorze anos, tinha já idéias atrevidas, muito menos que outras que lhe vieram depois; mas eram atrevidas em si, na prática faziam-se hábeis, sinuosas, surdas e alcançavam o fim proposto, não de salto, mas aos saltinhos. (...) Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular (...) Capitu preferia tudo ao seminário (...)” (*DOM CASMURRO*, p.828-841). Percebe-se que ela comandava a ação, pois o seminário era para Bentinho, e a ela coube preferir!

Esse comportamento, atípico para a mulher, ameaça a segurança do masculino, daí a resistência de Bentinho e o conflito amoroso que vive na fantasia da traição. Os dois, então, na luta contra a ameaça de sujeição, eliminam a possibilidade de encontro entre masculino e feminino (VIANNA, p.69).

Não há como negar tamanha ousadia para a época. E o mais interessante: é pelos olhos de Bentinho que Capitu cresce e toma proporções gigantescas, tão gigantes que não cabe no espaço reservado pelo masculino (é importante reafirmar que é pela visão de Bentinho que ela existe assim!). E o mesmo Bentinho, ao final, tenta destruí-la na tentativa de se sobrepor na narrativa. Capitu, então, não podendo mais existir num espaço ainda não reconhecido, é tirada de cena. É possível perceber que não há como fazê-la caber naquele contexto do século XIX. Realmente não tem como mantê-la viva na sua audácia e ousadia!

Capitu protagoniza a narrativa alicerçando todo o enredo e conduzindo as ações, principalmente as relativas a Bentinho. Nesse sentido, constata-se, sobretudo, para a época, inversão dos papéis homem-mulher: “Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular, mais mulher do que eu era homem” (fala de Bentinho, *DOM CASMURRO*, p.841). A inversão ganha crédito pelo fato de o romance ser narrado em 1.^a pessoa – Bentinho. Isso reforça a intenção de pôr à mostra o comportamento de Capitu como revolucionário.

No outro extremo está Sofia que vive a condição de mulher sujeitada:

Sofia deve ser mulher como Emílio é homem, isto é, ter tudo o que convém à constituição de sua espécie e de seu sexo para ocupar seu lugar na ordem física e moral. (...) talvez seja uma das maravilhas da natureza ter feito dois seres tão semelhantes constituindo-se tão diferentemente. Tais relações e tais diferenças devem influir no moral (...). Uma mulher perfeita e um homem perfeito não deve assemelhar-se nem de espírito nem de fisionomia (...). Se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo. Sua violência está nos seus encantos (...). Então o amor-próprio une-se ao desejo, e um triunfa da vitória que o outro o obrigou a ganhar. Daí nascem o ataque e a defesa, a ousadia de um sexo e a timidez de outro, finalmente a modéstia e o pudor com que a natureza armou o fraco para escravizar o forte (*EMÍLIO*, p.423-425).

Sofia é o protótipo da heroína romântica. Tem intuição em vez de razão; é muito sensível e tem paixão em alto grau pelo marido “perfeito” que já existe na sua

imaginação. A existência dela se resume em tornar-se mãe e dona de casa com reputação imaculada, mas não deixando de ser sedutora: a perfeita “mulher-anjo”. Jamais poderá ficar sem marido, já que seu maior interesse é tornar-se propriedade apreciada e ter um final feliz como toda heroína romântica.

Os desejos da mulher rousseuniana são tidos como depravação, algo instintivo, que devem ser controlados pelo pudor, ao contrário do homem que tem a razão para governá-lo. O homem foi dotado de inclinações sem medida, mas também de lei que as regula para que ele seja livre e senhor de si. A mulher é dotada de força para resistir, e o homem de razão para autorizar a mulher a se defender.

Para Rousseau, as mulheres são dominadas porque a natureza o quer: “O domínio das mulheres não lhes cabe porque os homens o quiseram, mas porque assim o quer a natureza: já lhes pertencia antes que parecessem tê-lo” (*EMÍLIO*, p.427).

Sobre a diferença entre os sexos, Rousseau diz:

Não há nenhuma paridade entre os dois sexos quanto à conseqüência do sexo. O macho só é macho em certos momentos, a fêmea é fêmea durante a vida toda (...); tudo a leva sem cessar a seu sexo, e, para bem desempenhar-lhe as funções, precisam de uma constituição que se prenda a ele (...). Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão; essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão (...) (*EMÍLIO*, p.428-429).

Em Rousseau, as mulheres deveriam aprender os deveres domésticos e a amar esses deveres, sendo subservientes para suportar injustiças. E se quisessem liberdade, sofreriam as conseqüências, podendo até ser maltratadas pelos maridos. Muito mais ainda ao que se refere à fidelidade: “Sem dúvida não é permitido a ninguém faltar à sua palavra, e todo marido infiel que priva a mulher da única recompensa aos austeros deveres de seu sexo é um homem injusto e bárbaro; mas a mulher infiel vai além, ela dissolve a família e rompe todos os laços da natureza” (*EMÍLIO*, p.428). Ou seja, à mulher rousseuniana cabe obediência e aceitação.

Já Capitu se mostra dona de sua própria história, não traz uma imagem pronta do que deve ser um marido; ela o constrói da forma como quer, enfrentando sem timidez os percalços que a ameaçam. Veja-se quando ela toma as dores de seu amado e reage à iminência de ele ser mandado para o seminário:

Capitu, a princípio, não disse nada. Recolheu os olhos, meteu-os em si e deixou-se estar com as pupilas vagas e surdas, a boca entreaberta, toda parada. Então eu, para dar força às afirmações, comecei a jurar que não seria padre. (...) Capitu não parecia crer nem descreer, não parecia sequer ouvir; era uma figura de pau. (...) Enfim, tornou a si, mas tinha a cara lívida, e rompeu nestas palavras furiosas: _ Beatas! carolas! papa-missas! (...) É verdade que também gostava de mim, ou melhor, de outra maneira, cousa bastante a explicar o despeito que lhe trazia a ameaça da separação (...) (*DOM CASMURRO*, p.827).

Bentinho não quer ir para o seminário, mas não reage diante do fato: “Eu, assustado, não sabia que fizesse; repetia os juramentos, prometia ir naquela mesma noite declarar em casa que, por nada neste mundo, entraria no seminário” (*DOM CASMURRO*, p.829). Diante da não-ação de Bentinho, é Capitu quem busca soluções para que ele não vá. É ela quem planeja o pedido que ele deveria fazer a José Dias para que este intercedesse junto à mãe. Capitu conduz a conversa, fazendo uso constante do imperativo, dá ordens a Bentinho. O que demonstra de quem era o papel principal. Sempre que é necessário deliberar e remover algum obstáculo no destino de ambos, Capitu é o caráter mais forte; pensa e decide por ele.

Machado de Assis passa uma imagem diferente da mulher daquela época. Era uma visão futurista, mas sutilmente descrita. Oferecia a chance de, aos que compartilhavam da idéia, interpretar Capitu como a anti-heroína, a revolucionária, a mulher em busca de si mesma; aos que não aceitavam o comportamento revolucionário, podiam vê-la como a antagonista de Bentinho. Como heroína ou anti-heroína, o que se vê é que quando quer algo provoca uma situação e a sustenta até o desfecho do ato. Veja-se o acontecimento do primeiro beijo que, ao contrário da mulher rousseauniana que vivia o amor calcado numa relação artificial, já que o homem devia resistir o amor para que fosse independente, mostra um Bentinho apaixonado, entregando-se a esta paixão, e Capitu assumindo seu desejo de mulher.

Em vez de ir ao espelho, que pensais que fez Capitu? Não vos esqueçais que estava sentada, de costas para mim. Capitu derreou a cabeça, a tal ponto que me foi preciso acudir com as mãos e ampará-la; o espaldar da cadeira era baixo. Inclinei-me depois sobre ela, rosto a rosto, mas trocados, os olhos de uma na linha da boca do outro. Pedi-lhe que levantasse a cabeça, podia ficar tonta, machucar o pescoço. Cheguei a dizer-lhe que esta[va] feia; mas nem esta razão a moveu. _ Levanta, Capitu! Não quis, não levantou a cabeça, e ficamos assim a olhar um para o outro, até que ela abrochou os lábios, eu descí os meus, e... Grande foi a sensação do beijo (*DOM CASMURRO*, p.844).

Desde o início da saga amorosa, foi de Capitu o primeiro passo para o encontro dos dois, como nesse ato do beijo. Esta cena mostra uma menina decidida que sabia disfarçar diante de uma situação “proibida”. Disfarçava para os outros, mas não para si mesma. Enquanto Capitu buscava satisfazer seus desejos, a mulher rousseauiana era naturalmente coquete e fútil.

Pode-se argumentar que Machado, como autor realista, não se intromete na vida de suas personagens. Essas personagens deviam atuar conforme as circunstâncias na busca da solução do conflito instaurado. Ao autor cabia retratar a vida contemporânea, a preocupação com homens e mulheres, emoções e temperamentos, sucessos e fracassos da vida do momento. Assim sendo, o livre-arbítrio e o amor-próprio são tecidos nas ações de Capitu num mundo que existia só para ela, pois nada daquilo tinha significado para a empregada, para a amiga dela com quem travava contato; é um universo só de Capitu. Um mundo que Capitu ousou criar! Sozinha tecia seu mundo e seu tempo. Não era como as mulheres de sua época, como já disse Poulain de La Barre (1984, p.98), que estavam tão persuadidas de sua inferioridade que viam com maus olhos aquelas que procuravam trilhar caminhos convencionalmente interditados.

Enquanto Sofia deveria viver para atividades domésticas, ter filhos e ser “o repouso do guerreiro”, Capitu mostra a não obrigação com atividades domésticas: “As curiosidades de Capitu (...) eram de vária espécie, explicáveis e inexplicáveis, assim úteis como inúteis (...). No colégio onde, desde os sete anos, aprendera a ler, escrever e contar, francês, **doutrina e obras de agulha, não aprendeu, por exemplo, a fazer renda** (...)” (grifo nosso) (*DOM CASMURRO*, p.841).

Capitu esbanjava liberdade, aprendia o que queria e quando queria:

Tio Cosme ensinou-lhe gamão. Um dia fui achá-la desenhando a lápis um retrato (...) aprenderia pintura, como aprendeu música mais tarde. Já então namorava o piano (...) Lia nossos romances, folheava os nossos livros de gravuras, querendo saber das ruínas, das pessoas, das campanhas, o nome, a história, o lugar (...) (*DOM CASMURRO*, p.841).

O resultado do comportamento de Capitu é colocar uma alma em pânico (a de Bentinho) perante a visão real da existência. Desde o início se percebe como as posições entre os dois (Capitu e Bentinho) se estruturam – sempre Capitu no plano superior: a cena dos dois quando crianças escrevendo os nomes no muro; Bentinho penteando-lhe os cabelos; Capitu dos “olhos de cigana oblíqua e dissimulada” e Bentinho tímido, “insciente dos assuntos do coração” (“era virgem de mulheres”). Ao contrário do homem rousseauiano que deveria aprender “certas coisas”, Bentinho era puro, não conhecia as coisas do amor: “não vivia com rapazes, que me ensinassem anedotas de amor” (*DOM CASMURRO*, p.823/849).

Há uma passagem em Dom Casmurro, o episódio do primeiro beijo, em que o próprio Bentinho admite sentir emoção:

Vendo-me calado, enfiado, cosido à parede, achou talvez que houvera entre nós algo mais (...) Como eu quisesse falar também para disfarçar o meu estado, chamei algumas palavras cá de dentro (...), e encheram-me a boca sem poder sair nenhuma. (...) E todas as palavras recolheram-se ao coração, murmurando: “Eis aqui um que não fará grande carreira no mundo, por menos que as emoções o dominem...” (*DOM CASMURRO*, p.845).

Bentinho revela-se sentimental também em relação à mãe quando ela adoece: “mas não escapei a mim mesmo. Corri ao meu quarto, e entrei atrás de mim. Eu falava-me, eu perseguia-me, eu atirava-me à cama, e rolava comigo, e chorava, e abafava os soluços com a ponta do lençol” (*DOM CASMURRO*, p.885). Essas manifestações registram um momento raro, as sentimentalidades de Bentinho, se analisarmos o contexto da época no tocante à expressão de emoções por parte do masculino, e, principalmente, se usarmos como parâmetro o outro par masculino em análise, Emílio, que não deveria ser suscetível a sentimentos:

Emílio é laborioso, sóbrio, paciente, firme, cheio de coragem. Sua imaginação (...) não amplia nunca os perigos; é sensível a poucos males e sabe sofrer com resignação porque não aprendeu a disputar-se com o destino. (...) acostumado a sofrer sem resistência a lei da necessidade, quando precisar morrer, morrerá sem gemer e sem se debater (...) Emílio tem a virtude de tudo que se relaciona consigo mesmo. (...) Ele se considera sem deferências para com os outros e acha bom que os outros não pensem nele. Nada exige de ninguém, e acredita nada dever a ninguém. Está só na sociedade humana e não conta senão consigo mesmo. (...) Não tem erros ou só tem os que nos

são inevitáveis; não tem vícios, ou só tem os que nenhum homem pode evitar. Tem o corpo sadio, os membros ágeis, o espírito justo e sem preconceitos, o coração livre e sem paixões (*EMÍLIO*, p.231-232).

O que se percebe no homem rousseauiano, criado para ser perfeito, é que a natureza, que serve para emancipação de Emílio, serve também para a domesticação de Sofia que fora criada para ser submissa. A mulher, para Rousseau, pertence a uma esfera privada, e as vantagens de cidadania: proteção da lei, igualdade e representatividade de sua vontade, não fazem parte de sua vida. Na natureza dessa mulher está o desejo de ser subjugada, pois foi educada assim! A mulher deve ser doméstica, dependente e passiva, porque o homem precisa disso para ser forte, ativo e independente.

O que se percebe é que, mesmo estando Machado de Assis aquém do tempo em que as mulheres começam a escrever para mostrar a identidade feminina, ele a revela através da Capitu. Ele cria essa personagem exatamente para mostrar um novo tipo de mulher, aquela capaz de romper com as amarras do contexto público e fazer a travessia de si mesma, inscrevendo-se no espaço público também. Com isso irrompe na história uma mulher que valoriza o sensual, a intimidade, a intuição, o sensível, a estética como ética. Pode-se dizer que a mulher procura uma identidade feminina para existir como presença na cultura, não como o avesso da identidade do homem, nem o seu contrário (OLIVEIRA, p.154-5).

Muito se tem ainda para falar de Capitu em relação à Sofia ou em relação a qualquer outra mulher do seu tempo, visto que essa personagem atravessou a barreira do preconceito e da ingenuidade, porque ousou viver segundo suas vontades, colocando-se em pé de igualdade com Bentinho. E, superando a ingenuidade, conseguiu discernir, em meio a pensamentos masculinos dominantes, o que deveria fazer para buscar sua identidade de mulher. O que é mais importante ficar disso tudo é que se perceba que ela não queria senão buscar as coisas pelas

quais poderia ser feliz³². Não só foi ao encontro do ser amado, mas também procurou desenvolver potencialidades que permitiram, de algum modo, afirmar a sua satisfação diante da vida. Queria ser mulher, mulher-sujeito de seus atos e pensamentos.

³² Monique CANTO-SPERBER diz em *A Inquietude Moral e a Vida Humana* que a felicidade também depende do acréscimo de uma atividade que permita atingir metas fixadas, de projetos de vida. E Capitu assim o fez no seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade entre homem e mulher é sabida desde que houve a divisão de trabalho e tem sido tema de diversos estudos. Inclua-se também a criação de ficções na literatura que, indiretamente, porque é assim que a literatura desenvolve temáticas importantes como essa, passam mensagens subliminarmente, seja para provocar reflexões no campo da Filosofia, da Antropologia, Sociologia, ou seja, no próprio campo da literatura. Esse tema, não necessariamente tomando como ponto de partida a literatura, foi significativamente analisado durante o século XX, o que foi decisivo para que houvesse mudanças na área social e na legislação.

Mesmo tendo havido mudanças, não se fizeram suficientes para que a mulher ocupasse o lugar a que lhe cabe nas diversas escalas sociais. Daí o interesse em mostrar e compreender a persistência de situações de desigualdade na época atual entre homem e mulher e como isso reflete na área da filosofia.

O ponto de partida dessa pesquisa foi mostrar como a literatura pode servir como ponto de partida para a reflexão, evidenciando que, por meio de suas construções, os meandros do pensamento coletivo de uma determinada época podem ser conhecidos. E, a partir desse conhecimento, a reflexão pode tornar-se possível.

Numa visão grega, seria fácil dizer que a literatura tem funções como expressão artística, educação do público e a catártica. Esta última se dá quando uma peça permite reduzir no público a “tensão pulsional” provocada por conflitos individuais e sociais encenados. Isso ocorre por meio da identificação de pessoas do público com um ou outro personagem da peça. Sob este ponto de vista, podemos dizer que *Dom Casmurro* retrata a situação da mulher na figura de Capitu. O que pode levar o leitor ao entendimento de mensagens implícitas no romance que refletem a condição de mulheres reais que passam pelo drama de serem subjugadas no século XVIII, XIX e, não menos, em pleno século XXI!

Conceitos formulados ao longo da história da filosofia dão conta de justificar a condição de inferioridade da mulher como sendo natural, universal e imutável. A concepção da desigualdade natural dos sexos é vista principalmente em Rousseau, para quem a mulher ideal devia ser do modelo romântico: aquela que devia servir como repouso do guerreiro, enquanto o homem devia comandar as ações dela tanto na esfera pública como na privada. Ao contrário disso, foi possível perceber filósofos que se propõem a defender a igualdade da mulher, posicionando-se em relação a essa concepção e se preocupando em demonstrar a sua inconsistência.

Essa concepção filosófica sobre a inferioridade feminina que respalda teoricamente situações concretas de opressão da mulher e, conseqüente enaltecimento do homem, se faz presente em Jean-Jacques Rousseau, especialmente no livro V de *Emílio ou Da Educação*. O pensador francês procura, de forma direta e explícita, justificar a inferioridade da mulher em bases antropológicas: o trabalho seria o fator predominante para tal formação social de desigualdade – enquanto o homem buscava alimento, a mulher se sedentarizava cuidando dos filhos. Tal condição se calcou na necessidade de o homem ter quem lhe proporcionasse bem-estar e segurança. Para isso seria a mulher encarregada de cuidar dos interesses dele, exclusivamente particulares ao que se refere ao âmbito doméstico: alimentação, vestimenta, afeto, sexo e assegurar a procriação. Para conseguir isso, por um lado, desmerecia-se a inteligência da mulher para a participação na esfera pública e, por outro, enaltecia-se a mulher como possuidora de virtudes para o âmbito doméstico.

O pertencimento da mulher à esfera privada seria por uma necessidade moral, a qual a faria cumprir a “missão” lhe confiada pela natureza: ser mãe e esposa. Isso significa dizer que a sujeição da mulher é “natural” e condição para a autoridade do marido, cuja explicação está no modelo de relação sexual: um deve ser forte e ativo, outro passivo e fraco. Em outras palavras, a mulher nasceu para ser subjugada. E não há possibilidades de a mulher se igualar ao homem, pois, mesmo que a mulher “evolua”, o homem também passará pelo mesmo processo, havendo, assim, sempre um decréscimo em relação à mulher.

Rousseau, na sua antropologia sobre a inferioridade natural da mulher e conseqüente confinamento ao âmbito privado, expõe que a presença da mulher na esfera pública marca o alcance da decadência social, pois quando as qualidades femininas passam a ser valores sociológicos, a sociedade pode considerar-se depravada. Tal depravação ocorreria porque a mulher possui o desejo, especial poder capaz de desencaminhar o mais virtuoso cidadão. A esfera pública seria a representação da razão, e a privada, da paixão, não podendo, portanto, a paixão se sobrepor à razão. Para se conseguir manter a sociedade embasada em valores que não passionais, o homem domesticaria a mulher transformando-a em esposa e em mãe. Assim ela seria a representação do sentimento e do desejo, atendendo às necessidades de afeto do marido.

Por isso, segundo Rousseau, a mulher deve pertencer à esfera privada com todas as restrições. Posição esta que contraria o princípio da individualidade, pois sua “forma autêntica e legítima (...) só pode ser construída mediante o enriquecimento comunicativo intersubjetivo das qualidades e realizações de cada indivíduo concretamente ao ponto da singularidade e incomparabilidade. (...) [E é] só através da vida política [que] poderia o indivíduo tornar-se esse indivíduo específico, insubstituível ‘chamado’ ou destinado a concretizar suas próprias incomparáveis capacidades” (YOUNG, 1987, p.66).

Além desse princípio, Rousseau quebra também o da imparcialidade, que tem como definição ética o ponto de vista que fica à parte de quaisquer interesses e desejos que façam parte da razão moral. No momento em que esse princípio só é aplicado ao homem, já que se condena a mulher ao privado, Rousseau age com parcialidade, e a mulher não é vista como ser “livre” para ter direito a informações gerais e científicas, uma vez que “a pessoa não é somente uma estrutura ontológica consciente e livre; mas é também vivência cultural e histórica, com informações gerais e científicas, com uma filosofia, uma religião e com experiências cotidianas diferentes” (HÜHNE, 1997, p.33).

Por outro lado, pode-se ver a situação da mulher pelos olhos de Capitu. Segundo Nietzsche, “transgredir normas e regras estabelecidas é a verdadeira expressão da liberdade e somente os fortes são capazes dessa ousadia. Para disciplinar e dobrar a vontade dos fortes, a moral racionalista, inventada pelos fracos, transformou a transgressão em falta, culpa e castigo” (por CHAUI³³, p.353). Seguindo esse raciocínio, pode-se abrir espaço para pensar na ousadia de Capitu que, na sua fortaleza, quebra o paradigma de mulher subjugada. Ela transgrediu o modelo rousseauiano para buscar o que realmente queria sem se importar com o que pensavam a respeito dela. A escolha pelo marido ideal foi dela, pois, se dependesse dele (Bentinho), talvez nem chegassem a se casar; ele seria padre, mesmo sem vocação. Capitu ultrapassou limites, foi capaz de, no seu cotidiano banal, evidenciar questões como identidade, existência e liberdade. Ela foi tão forte na narrativa que foi capaz de “casmurrar” Bentinho depois de tê-lo feito homem³⁴; ela o ergue e o destrói. E, na sua identidade de mulher, ela assume seu lugar do começo ao fim do romance, mesmo pagando preço alto de sua solidão e morte. O que fica dessa saga amorosa é que Bentinho pode representar a realidade do século XVIII e XIX com todos seus pudores e discriminações, e Capitu compõe uma realidade ficcional futurista.

Em meio aos enlevos de Capitu, pode-se perceber a alusão de Machado de Assis à concepção de mulher diferente da que predominava no tempo dele. Este escritor vai além dos conceitos dominantes e propõe uma mulher que desde menina sabia o que queria e o que não queria. Por exemplo, ela não queria que Bentinho fosse para o seminário, assim como se recusou a jurar que seria Bentinho a realizar o seu casamento com outro. Ela, inteligentemente, reverte o juramento dizendo ser

³³ CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática S.A., 1995.

³⁴ Aqui, pode-se usar o primeiro beijo como simbologia de tê-lo tornado homem uma vez que não se tem, no romance, outro indício de que Bentinho tenha tido outro relacionamento com outra mulher sem ser com Capitu.

melhor que jurassem que se casariam. Esse é um dos tantos episódios em que se pode perceber uma mulher de cabeça erguida, cônica de seus desejos e das possibilidades de realizá-los. Também se pode perceber que o casamento, mesmo sendo a aspiração máxima das mulheres da época, não o era assim para Capitu. Ela o quer, mas quer com aquele homem que escolhera e não porque seu pai o quis, ou porque era convencional casar-se. O que demonstra uma quebra de valor para a época. Capitu foi tão bem construída/criada que pode representar qualquer mulher real do seu tempo, e mais ainda, sua imagem pode ser o retrato de muitas outras ainda nos dias de hoje.

No século XIX tem-se a materialidade do silêncio feminino, mas não nas mãos de Machado de Assis, que dá poderes dissimulados que vão marcar a emergência de uma nova demarcação entre o espaço doméstico e o público para a mulher. Este bem definido como mundo do homem, e aquele como espaço da mulher. A confirmação desse rompimento pode-se ter em *Dom Casmurro*, mesmo sendo pela visão de um homem, o grito do feminino abre espaço para mostrar a questão da mulher. Neste romance, usando como meio a literatura, Machado quer mostrar um tempo futurista, e o faz de forma indireta pelas ambigüidades com as quais veste suas mulheres, principalmente Capitu. E, nas sutilezas das ações dela, quer chamar atenção para a condição de exploração em que vive a mulher do seu tempo. Poderíamos dizer que Machado usou a ferramenta que tinha em mãos e construiu um novo modelo feminino com o intuito de denunciar a discriminação que a mulher sofria ao ser rotulada como menos capaz. O grito dessa mulher atingiu/atinge somente os que queriam/querem ouvir, porque nem todos tinham/têm a prontidão para entender as mensagens subliminares que a arte de escrever traz como característica.

Quando se lê a história da mulher, percebem-se avanços no que diz respeito à participação delas na sociedade. Estabeleceram-se muitas possibilidades a partir do século XX: o movimento feminista conseguiu marcar mudanças significativas nas esferas pública e privada – a mulher já é considerada em vários

setores da vida pública como “ser” capaz de assumir responsabilidades antes designadas somente a homens –; no âmbito doméstico, em muitos casos, deixou de ser a “dona-da-casa” e a mãe para se tornar a companheira do marido, que passou a compartilhar dos afazeres domésticos e do cuidado com os filhos; até já podemos verificar o oposto do modelo acontecendo – as mulheres cuidam do sustento trabalhando fora, e o marido se encarrega dos filhos e da casa –. No entanto, os casos de submissão e até de violência contra a mulher ainda apavoram muitas delas que vivem à espera de novas oportunidades para se sentirem “cidadãs” com seus direitos atendidos.

Com essas reflexões, tendo como objeto de estudo Sofia de Rousseau e Capitu de Machado de Assis, buscou-se mostrar o modelo de mulher submissa e evidenciar ações de uma mulher de vanguarda que desconstrói o modelo ideal de mulher, dando a entender que a literatura não se preza somente ao entretenimento, mas também a chamar para reflexões importantes, aqui, especificamente, para a desvalorização e discriminação da mulher.

REFERÊNCIAS

Obras de Rousseau

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores, 1978.

_____. Cartas Morais. In: Escritos sobre a religião e a moral. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. **Clássicos da Filosofia**: Cadernos de Tradução n.2 Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

Obras de Machado de Assis

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Nova Cultural, 1994. 176p.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Queda que as mulheres têm para os tolos – e outros textos**. Belo Horizonte: Crisálida, 2003. 88p.

CANUTO, Angela. **Machado de Assis**: memória de um frasista. São Paulo: Lemos Editorial, 2002.

COUTINHO, Afrânio. **Machado de Assis**: Obra Completa. 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1214p., v.1., 1997.

Estudos sobre Rousseau e sua obra

AMORÓS, Célia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. Madrid: Anthropos Editorial del Hombre. (Pensamento Crítico/Pensamento Utópico), 1985.

BEYSSADE, Jean-Marie. Jean-Jacques Rousseau. **Dicionário de ética e filosofia moral**. (org. Monique Canto-Sperber). São Leopoldo: Unisinos, 2003.

BUCHENAU, Ana Isabel Aliaga. **A Educação da Sofia de Rousseau e da Lotte de Goethe**: pode o romantismo ser reacionário? University of North Carolina at Chapel Hill, 2004. Disponível em 26/01/2006 <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/ligia.htm>>

CAMPS, Victoria; Norbert BILBENY, et al. **Historia de la ética (Rousseau)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

CASSIRER, Ernst. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. Tradução de Erlon José Paschoal, Jézio Gutierre. São Paulo: Unesp, 1999.

COBO, Rosa. **Fundamentos del patriarcado moderno**. Jean Jacques Rousseau. Madrid: Ediciones Cátedra, (Feminismos, n.23), 1995.

DOMENECH, Jacques. "Rousseau – a idéia de um povo feliz" **História Argumentada da Filosofia Moral e Política**. (Marcelo Fernandes de Aquino Org.). São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MARQUES, José Oscar de Almeida. "Rousseau e os perigos da leitura, ou por que Emílio não deve ler fábulas. Itinerários. **Revista de Literatura. FCL-UNESP**, Araraquara, nº 22, 2004.

NASCIMENTO, Milton Meira do. Reivindicar direitos segundo Rousseau. **Clássicos do Pensamento Político**. Célia Galvão Quirino; Cláudio Vouga e Gildo Marcas Brandão (Orgs.). São Paulo: Edusp, 1998.

PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

VARGAS, Yves. **Introduction à l'Emile de Jean-Jacques Rousseau**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

Estudos sobre Estética/Literatura/Machado de Assis e sua obra

ADORNO, Theodor W. Notas de Literatura. Tradução de Celeste Aída Galeão. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.36, 1991.

_____. **Teoria estética**. Tradução de Artur Morão. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1970.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. Tradução de José Martins Barbosa e de Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense. 1989. Obras Escolhidas; v. III., 1989.

_____. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense. Obras Escolhidas; v.1., 1994.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 33.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CALDWELL, Helen. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis**. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 7.ed., Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada. 383p. v.2., 1993.

_____. **Direitos humanos e literatura**. Disponível em 26/01/2006
<<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/textos-dh/literatura.html>>. Acesso em 17 dez. 2005.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988. 321p.

CASTELLO, José Aderaldo. **A literatura brasileira: origens e unidade**. São Paulo: Edusp, 1999.

DINIZ, Júlio. O olhar (do) estrangeiro – uma possível leitura de Clarice Lispector. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Traçada por estranha e desconhecida mão. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOTLIB, Nádia Battella. O desejo não mora em casa (alguns espaços na obra de Clarice Lispector). **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAMBURGER, käte. **A lógica da criação literária**. Tradução de Margot P. Malnic. São Paulo: Perspectiva. Coleção Estudos, 1986.

LAFOND, Jean. Gêneros Literários. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Monique Canto-Sperber (Org.). São Leopoldo: Unisinos, 2003.

MOISÉS, Massaud. **Machado de Assis: ficção e utopia**. São Paulo: Cultrix Ltda, 2001.

NASCIMENTO, Naira de Almeida. Retratos e Simulacros Machadianos: uma leitura de enquanto isso em Dom Casmurro. **Revista Letras/Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes**, Curitiba, n. 61, 2003.

PROENÇA FILHO, Domício. **Capitu – Memórias Póstumas**. Rio de Janeiro: Artium, 1998.

RIBEIRO, Eliana Bueno. Passeando em São Bernardo. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

ROGER, Alain. Estetismo. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Monique Canto-Sperber (Org.). São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SABINO, Fernando. **Amor de Capitu**. São Paulo: Ática, 1998. 292p.

SECCHIN, Antonio Carlos; ALMEIDA, José Mauricio G. de; SOUZA, Ronaldes de Melo e. **Machado de Assis, uma revisão**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

STEIN, Ingrid. **Figuras femininas em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

XAVIER, Therezinha Mucci. **A personagem no romance de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Presenta, 1986. Coleção Atualidade Crítica, n. 9.

Estudos sobre Ética/Gênero

ALBORNOZ, Suzana. A ética da não-violência como uma ética feminina. In: Márcia Tiburi, M. Menezes; E. Eggert (orgs.). **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

AMORÓS, Celia. **Enciclopédia ibero americana de filosofia**. Cuestiones Morales. Madrid: Trotta. Tomo 12. 1996.

_____. **Tiempo de Feminismo**: sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad. Madrid: Cátedra S. A., 1997.

BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. Além da política do gênero. **Feminismo como crítica da modernidade**. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BRANDÃO, Ruth Silviano; BRANCO, Lúcia Castello. Com-siderações em torno de um buraco. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

CANTO-SPERBER, Monique. **A inquietude moral e a vida humana**. Tradução de Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2005.

CARVALHO, Maria da Penha Felício dos Santos de. As observações kantianas sobre o belo sexo. In: Márcia Tiburi; M. Menezes; E. Eggert (orgs.), **As Mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

_____. A mulher e o exercício da cidadania segundo Rousseau. **Perspectiva Filosófica – Revista Semestral do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco**, v.9, n. 17, 2002.

_____. As duas faces da moral na Casa de bonecas. **Ethica – Caderno Acadêmico - Universidade Gama Filho**. Rio de Janeiro, 1998.

CARVALHO, Marie Jane. Qual cidadania desejamos? In: Márcia Tiburi; M. Menezes; E. Eggert (orgs.), **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

CONDORCET, Jen Antoine; GOUGES, Marques de; LAMBERT, Olympe de; PULEO, Anne T. de. **La ilustración olvidada**: la polémica de los sexos en el siglo XVIII. Barcelona: Anthropos. (Pensamento Crítico/Pensamento Utópico; 81), 1993.

COLLIN, Françoise, PISIER, Evelyne, VARIKAS, Eleni. **Les femmes, de Platon à Derrida**. Anthologie critique. Paris: Plon, 2000.

EGGERT, Edla. Narrativa: uma filosofia a partir da experiência das mulheres? In: Márcia Tiburi; M. Menezes; E. Eggert (orgs.). **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

GRIMSHAW, Jean. "Feminismo e filosofia". In Nicholas Bunnin e E. P. Tsui-James (orgs.). **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. The idea of a female ethic. In: **A companion to ethics**. Cambridge, 1991.

HABIB, Claude. Femmes, Féminisme. **Dictionnaire de philosophie politique**. Philippe Raynaud et Stéphane Rials (direction). Paris: PUF, 2003. p.276-283.

HELLER, Agnes e F. FEHER. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HÜHNE, Leda Miranda (Org.); Gerd BORNHEIM; et al. **Ética**. Rio de Janeiro: UAPÊ: SEAF, 1997.

IRIGARAY, Luce. **Yo, tu, nosotras. Feminismos**. Tradução de Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.

JAGGAR, Alison. Ética Feminista. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Monique Canto-Sperber (Org.). São Leopoldo: Unisinos, 2003.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan Rousseau. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997

KUBISSA, Luisa Posada. **Sexo y esencia – de esencialismos encubiertos y esencialismos heredados**: desde um feminismo nominalista. Madrid: Horas y Horas, 1998.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. A cicatriz do andrógino. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

PETIT, Cristina Molina. **Dialéctica feminista de la Ilustración**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1994.

POULAIN DE LA BARRE, François. **De l'égalité des deux sexes**. Paris: Fayard, 1984.

PRÁ, Jussara Reis. Espaço público, gênero e políticas feministas. In: Márcia Tiburi; M. Menezes; E. Eggert (Orgs.). **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

QUEIROZ, Vera. As várias faces do feminino. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

_____. A paixão da morte: a personagem feminina nos romances de Lya Luft. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. Tradução de Constança Marcondes César. São Paulo: Paulus, 1999.

SOUZA, Ricardo Timm de. "Identidade e diferença: da mera identificação ao diferencial de gênero". In: Márcia Tiburi; M. Menezes; E. Eggert (orgs.). **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

TOMMASI, Wanda. **Filósofos y mujeres. La diferencia sexual en la historia de la filosofía**. Madrid: Narcea S.A. de ediciones, 2002.

VALCÁRCEL, Amélia. **La política de las mujeres**. Madrid: Ediciones Cátedra, (Feminismos, n.38), 1997.

_____. **Sexo y filosofía: sobre “mujer” y “poder”**. Barcelona: Anthropos. (Pensamento Crítico/Pensamento Utópico; 60), 1991.

VIANNA, Lúcia Helena. “O espelho do silêncio”. **Revista tempo brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

WERNECK, Maria Helena Vicente. O feminino na leitura. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.101, abr./jun., 1990.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicación de los derechos de la mujer**. Tradução de Carmen Martinez Gimeno. Madrid: Ed. Cátedra. (Feminismos, nº 18), 1994.

YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. **Feminismo como crítica da modernidade**. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.



**UNIVERSIDADE GAMA FILHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Av. Presidente Vargas, 62 - Candelária - RJ
CEP 20071-000. TEL. (021) 2518.2028 - R. 359 - E-mail: doumesfi@ugf.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
Av. Presidente Vargas, 62 - Candelária - RJ
CEP 20071-000. TEL. (021) 2518.2028 - R. 359 - E-mail: doumesfi@ugf.br

**“A LITERATURA COMO PONTO DE PARTIDA PARA UMA
REFLEXÃO ÉTICA FEMINISTA:
CAPITU – A ANTI-SOFIA”**

Dissertação de Mestrado apresentada por Sueli do Rocio de Lara em 16 de março de 2006 ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UGF-RJ, e aprovada pela Comissão Julgadora formada pelos seguintes membros:

Prof.^a Dra. Maria da Penha Felício dos Santos de Carvalho
(Orientadora UGF)

Prof. Dr. Edson Peixoto de Resende Filho
(Pós-Graduação em Filosofia - UGF)

Prof.^a Dra. Deise Quintiliano Pereira
(UERJ)

Prof. Dr. Edson Peixoto Resende Filho
Coordenador de Pós-Graduação em Filosofia